

ATA N.º 06/2014

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 17 de dezembro de 2014-----

----- Aos 17 dias do mês de dezembro de 2014, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1 - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara;-----
- 2 - Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2015 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Limpeza Urbana;-----
- 3 - Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2015 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Quinta Agrícola Biológica;-----
- 4 - Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2015 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Transportes Urbanos de Passageiros;-----
- 5 - Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2015 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Piscinas Municipais de Cantanhede;-----
- 6 - Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2015 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes;-----
- 7 - Apreciação, discussão e votação do 2.º Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Cantanhede;-----

- 8** - Apreciação, discussão e votação da 3.^a Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Ano Financeiro de 2014;-----
- 9** - Apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2015;-----
- 10** - Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2015;-----
- 11** - Apreciação, discussão e votação do projeto de Regulamento Municipal de incentivo à Natalidade;-----
- 12** - Apreciação, discussão e votação do projeto de Regulamento Municipal de incentivo à empregabilidade;-----
- 13** - Apreciação, discussão e votação da proposta de incentivo à Reabilitação Urbana / Redução do IMI;-----
- 14** - Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração à Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais de Cantanhede;----
- 15** - Apreciação, discussão e votação da proposta de metodologia para concessão de isenções de Taxas Municipais;-----
- 16** - Apreciação, discussão e votação da regularização da atribuição de subsídios às Juntas de Freguesia em Reunião Camarária de 17/06/2014 aprovados na sessão da Assembleia Municipal de 30/06/2014;-----
- 17** - Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização da assunção de compromisso plurianual para o Ajuste Direto para “Fornecimento de gasóleo e gasolina, por cartão magnético, para o período compreendido entre 01 de abril de 2015 e 30 de novembro de 2016, ao abrigo do Acordo Quadro para fornecimento de combustíveis rodoviários, promovido pela CIM-RC;-----
- 18** - Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da

autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 27/12/2013 / Para conhecimento;-----

19 - Apreciação, discussão e votação do pedido de Autorização Prévia Genérica Favorável à assunção de compromissos plurianuais por parte da Câmara Municipal no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA);-----

20 - Apreciação, discussão e votação do pedido de autorização para a transferência de compromissos financeiros de 2014 para o ano de 2015;-----

21 - Apreciação, discussão e votação da participação do Município de Cantanhede no FAM – Fundo de Apoio Municipal;-----

22 - Designação do elemento que, em substituição do Sr. Dr. Luis Pato, constituirá o Júri para a Atribuição das Bolsas de Estudo nos termos do n.º 4 do artigo 11.º do respetivo Regulamento;-----

23 - Apreciação, discussão e votação da minuta dos Acordos de Execução a celebrar com as Freguesias do Concelho, para o Triénio 2015-2017;-----

24 - Apreciação, discussão e votação da minuta dos Protocolos de Colaboração, destinados à beneficiação de caminhos, a celebrar com as Freguesias do Concelho, para o Triénio 2015-2017.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, que foram as seguintes:-----

----- Pedido de substituição da Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano, pelo Tesoureiro, Sr. Enf.º João Paulo Martins de Jesus, conforme documentos apresentados. Justificação da falta do Sr. Manuel Madeira Teixeira, por motivos profissionais, conforme documento apresentado e da Sr.ª D.ª Maria Armanda de Jesus Santos Pires Gavião, por motivos de saúde.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 05/2014, da sessão da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2014. Por parte do Sr. Dr. Luis Pato foi referido que a ata deve fazer menção, para além de todo o enquadramento dos assuntos e das correspondentes deliberações, aquilo que de mais importante se passa no decorrer da Assembleia. Referiu que na última sessão alguns membros da Assembleia e do Executivo terão proferido alguns impropérios que em nada dignificam aquele órgão municipal e que não estão expressos na ata, devendo ser definidos critérios objetivos para estas situações. Colocada a referida ata à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 30 de setembro de 2014 a 17 de dezembro de 2014, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, deu início ao período Antes da Ordem do Dia, cujas intervenções ocorreram em função das inscrições junto da Mesa da Assembleia, da seguinte forma:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, deu a palavra ao Dr. Carlos Pessoa, o qual sugeriu a constituição de uma Comissão de Trabalho, no âmbito da Assembleia Municipal, a fim de debater a problemática da reorganização do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, em Cantanhede. Para o efeito, sugeriu que a referida Comissão fosse constituída pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo Presidente da Câmara Municipal e por dois elementos de cada bancada (PSD e PS).-----

-----De seguida foi dada a palavra à Sr.ª Enf.ª Áurea Andrade, a qual se congratulou com a iniciativa da bancada do PSD.-----

-----Por parte do Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, foi referido que a Autarquia sempre fez tudo aquilo que estava ao seu alcance para que a resposta do Hospital de Cantanhede fosse aquela que melhor serve os interesses dos munícipes de Cantanhede e que via com bons olhos a criação daquela Comissão, encontrando-se disponível para continuar a dar o seu contributo em busca das melhores soluções.-----

----- Por parte do Sr. Dr. Fernando Simão foi registada a preocupação agora manifestada pela bancada do PSD sobre este assunto, o qual tem sido recorrente nas anteriores sessões da Assembleia Municipal por parte da bancada do PS -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, Enf.º José Maria Maia Gomes, propôs à Assembleia uma interrupção dos trabalhos, entre 5 a 10 minutos, a fim de ser apresentada por ambas as bancadas uma proposta de constituição da Comissão de Trabalho, situação acolhida e aprovada por unanimidade pelos Membros da Assembleia.-----

----- Após aquela interrupção, o Sr. Presidente da Mesa informou que as duas Bancadas concordaram na constituição da referida comissão, a qual integrará o Presidente da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara e dois elementos de cada uma das bancadas, as quais irão elaborar uma proposta escrita que será colocada à votação no decorrer da sessão.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Filipe Figueiredo, o qual após cumprimentar todos os presentes na Assembleia congratulou-se com o trabalho realizado pela Câmara nas Sete Fontes, desviando as águas junto à piscina do parque, resolvendo assim parte da situação. Realçou ainda o importante trabalho iniciado pela Junta de Freguesia de Ourentã na beneficiação de caminhos. Relativamente à questão do Hospital,

regozijou-se pela união das duas bancadas com a Câmara e a Assembleia Municipal, pois considera que só dessa forma se conseguirá chegar a algum lado.----

----- Interveio, de seguida, o Presidente da Junta da União das Freguesias de Covões e Camarneira, Sr. Asdrúbal Torres, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que, há cerca de 2 anos as populações que se situam a norte da freguesia de Covões, nomeadamente, Penedos e Quinta do Além, apresentaram uma petição para passarem a integrar na freguesia da Mamarrosa, a qual não foi aceite com a reforma administrativa. Informou ainda que, recentemente apresentaram novamente a mesma petição à Assembleia Municipal, tendo esta solicitado parecer à Junta da União das freguesias de Covões e Camarneira. Respondendo a essa solicitação, informou que, para aquela Junta, os fundamentos apresentados não são válidos. Explicou de seguida que as justificações apresentadas na petição se prendem com o facto de estarem próximo da Mamarrosa, entendendo aquela Junta que a proximidade não é razão para eles pertencerem àquela freguesia. Deu como exemplo a freguesia de Barcouço que se situa a 10 quilómetros de Coimbra e pertence ao distrito de Aveiro e ao concelho da Mealhada. Justificam ainda o pedido com o facto da Mamarrosa ter posto de saúde, o que também existe na freguesia de Covões e Camarneira, pois na freguesia de Covões há uma extensão de saúde com 2 médicos e 2 enfermeiros todos os dias. Para além disso, existe posto de correios e a Junta de Freguesia funciona em horário laboral todos os dias. Referem ainda que, ao nível de educação, Mamarrosa tem uma escola muito boa, mas Covões também tem a EB1 de Covões nas proximidades a EB 2,3 de Febres e de Cantanhede. Relativamente a infraestruturas, a freguesia tem água e recentemente também já tem saneamento, tem luz e tem boas vias de comunicação. De seguida informou que a petição tem um

abaixo-assinado onde mais de 50% das pessoas não residem naquelas localidades assinaturas irregulares, tendo sido colocados por quem redigiu aquele documento. Referiu ainda que são duas localidades que fazem limite da freguesia, do concelho e do distrito de Coimbra e que não é fácil ser mudado. De seguida referiu que, pelas justificações acabadas de referir, o Executivo e a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Covões e Camarneira discordaram daquela petição.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra, de seguida, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes, o qual após cumprimentar todos os presentes, assinalou alguns acontecimentos recentes: - Felicitando a Câmara pela facilidade de acesso ao Licenciamento Zero, no âmbito de um protocolo celebrado entre a Autarquia e a Agência para a Modernização Administrativa, permitindo às empresas maiores facilidades na abertura e modificação dos seus negócios, bem como pela implementação do Espaço do Cidadão em Ançã, Febres e Tocha, tendo pena que tal não possa acontecer em Murte; - O prémio atribuído à INOVA pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, “selo exemplar da água para o consumo humano”; - A entrega de uma medalha de mérito pela freguesia de Murte à MAHLE, por ser a maior empresa empregadora do Concelho, agradecendo a presença do Executivo e do Sr. Presidente da Assembleia Municipal naquela cerimónia, bem como destacando a visão dos Executivos anteriores que permitiram a instalação daquela unidade industrial que contribui imenso para o desenvolvimento da freguesia de Murte.-----

----- Foi dada a palavra à Sr.ª Enf.ª Áurea Andrade, a qual referindo-se ao assunto das extensões de saúde ou postos de enfermagem das freguesias de S. Caetano e da União de Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, procedeu à leitura do seguinte texto: “*Considerando intervenções anteriores nesta Assembleia sobre a*

necessidade de disponibilizar cuidados de saúde às populações das Freguesias de S. Caetano e União de Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, bem como, a não valorização por parte da maioria desta Assembleia das propostas apresentadas pelos Deputados da Bancada do Partido Socialista. A saber: 1 - Em 28 de Fevereiro de 2014, foi apresentada a esta Assembleia uma Moção em defesa da reabertura das extensões de saúde das Freguesias de S. Caetano e União de Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, a qual não foi aceite para discussão pela Assembleia; 2 - Em 2 de Abril de 2014, foi novamente apresentada a mesma moção, que foi chumbada pela maioria desta Assembleia; 3 – Nas duas citadas reuniões, foi ainda apresentada uma proposta de abertura de postos de enfermagem nas referidas freguesias, até que se visse tomada alguma decisão sobre a reabertura das extensões de saúde, mas que também foi chumbada. 4 – Na última reunião, o Sr. Deputado Manuel Augusto, no uso da palavra, alegou que a Assembleia sempre esteve ao lado dos Deputados do Partido Socialista na defesa da abertura das extensões de Saúde, quando tal não é verdade, bastando consultar as atas da reunião da Assembleia Municipal dos dias 28/02/2014 e 02/04/2014, para o comprovar. 5 – Na reunião de 30 de Setembro de 2014, os Sr.s Presidentes das Juntas da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima e São Caetano solicitou ao Executivo Camarário, a abertura de um posto de enfermagem nos edifícios da junta de Vilamar e Corticeiro de Cima o mais rapidamente possível. Informou também que não colocava de parte algumas tomadas de posições públicas, entre outras, através da comunicação social. 6 - Também, no mesmo registo, a Sr.^a Presidente da Junta de S. Caetano alegou a necessidade de negociação com a Câmara Municipal com vista à abertura de postos de enfermagem nos mesmos moldes que estão a funcionar nas outras juntas do concelho,

acrescentando ainda, que tal facto não invalida a continuidade da luta pela reabertura das extensões de saúde. 7 – Considerando não haver quaisquer desenvolvimentos conhecidos até ao momento, no sentido de abrir postos de enfermagem nas referidas freguesias. Os Deputados do Partido Socialista, mais uma vez, vêm solicitar à Camara Municipal a Abertura de Postos Enfermagem nas Freguesias de S. Caetano e União de Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, com fundamento na necessidade de existência de uma política de igualdade e equidade no acesso a cuidados de saúde no nosso Concelho.”-----

----- Falou, de seguida o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual após cumprimentar todos os presentes, alertou para duas situações: - Uma estrada em más condições situada na freguesia de Cadima, mais precisamente a Estrada Nacional Cantanhede/Lemedede e que dá acesso ao Casal Cadima, a qual é de terra batida em cerca de 500 metros e é muito frequentada pelos utentes do Centro Social Paroquial de Cadima e pelos habitantes do Zambujal, Fornos e inclusive de Arazedede; - A continuação da via rápida para a ligação à Praia da Tocha, que seria fundamental para o desenvolvimento do Turismo do concelho e principalmente para a Praia da Tocha. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual passou a responder às questões colocadas. Relativamente aos postos de enfermagens afirmou que o Município sempre defendeu, desde o primeiro momento, as extensões de saúde, avançando com os postos de enfermagem apenas em último recurso. Informou ainda que, após a carta remetida pelo Sr. Presidente da ARS ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, da qual foi dado conhecimento na última sessão, verificou-se a posição clara e inequívoca da Administração Regional de Saúde do Centro, pelo que, o Município está a

desenvolver os mecanismos para o mais rapidamente possível implementar os postos de enfermagem em Vilamar, Corticeiro de Cima e S. Caetano. Acrescentou estar convicto que os mesmos estarão a funcionar em Janeiro mas tem reservas quanto à aceitação por parte da ARS, dos enfermeiros a serem colocados não pertencerem à USF. Referiu ainda que, se os postos de enfermagens existentes funcionam com a supervisão de outros Centros de Saúde/Extensões de Saúde, também os novos terão que funcionar. Relativamente à questão das vias de comunicação, nomeadamente, a estrada que liga Casal a Cadima e a estrada para o Zambujal, informou que a situação já está sinalizada há algum tempo, estando previsto avançar com a colocação de tapete naquele local. Informou ainda que está também a ser feito um estudo pelos Serviços do Município, no sentido de melhorar a segurança na rotunda dessa localidade onde já houve um acidente. Relativamente à questão da ligação da EN 109 à Praia da Tocha, informou que a mesma já está prevista, tendo sido adiada já por duas vezes a pedido do Ministério que tutela as obras públicas, para elencar 2 ou 3 obras prioritárias. Informou ainda que, da última discussão do próximo quadro comunitário de apoio, bem como do atual, verificou-se uma extrema dificuldade em apoiar um conjunto de obras públicas, nomeadamente, de estradas e de Centros Educativos, dado o volume de investimento que Portugal já fez nestes equipamentos. Finalmente, referiu que o Município está sempre atento à abertura dessas candidaturas, tendo em vista a projeção e execução da ligação da EN109 à Zona Industrial, que custa centenas de milhares de euros, pois considera que é uma estrada muito importante, tanto no acesso como pela atratividade da própria zona Industrial, libertando de alguma forma a passagem pelo centro da Tocha.-----

----- Tomou a palavra, de seguida o Sr. Primeiro Secretário da Mesa, Dr. Adérito Machado, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, agradeceu todo o empenho e dedicação que o Município de Cantanhede teve na candidatura da RECEVIN, Cidade Europeia do Vinho, a qual agregou todos os municípios envolventes à Região Demarcada da Bairrada. De seguida referiu que, na sua opinião, considera que a análise de quem decidiu colocar Reguengos como a Região que se afirma à frente da Bairrada, não foi bem-feita, pela simples razão de que a sua área demarcada é inferior à área demarcada da Bairrada e envolve menos Municípios. Finalmente, afirmou que já é hábito lutar pelas vinhas, que já lutamos pelas vinhas, lutamos pela conquista e a afirmação dos nossos vinhos a nível nacional e a nível mundial, esperando que haja força e capacidades, para que numa próxima candidatura se afirme a Região da Bairrada e obtenha a consideração e o reconhecimento que merece.-----

----- Interveio, de seguida o Sr. Dr. Luis Pato, o qual procedeu à colocação das seguintes questões: - Referindo-se à problemática do amianto e ao que foi dito na última sessão, questionou se o Município já tem algum diagnóstico sobre as possíveis implicações para a saúde da cobertura existente no Mercado Municipal e se já foram identificados outros espaços públicos com o mesmo problema; - Verificando-se um esforço na construção de rampas na Cidade e o aumento das construções e considerando que a população em Cantanhede está cada vez mais envelhecida, o que pressupõe uma dificuldade de locomoção por parte dos cidadãos mais idosos, questionou se a Câmara Municipal já fez algum estudo acerca do assunto em causa; - Tendo ficado impressionado com a forma como o Sr. Vereador da Cultura, na última sessão, respondeu à questão das coletividades e da atribuição de subsídios, questionou se o mesmo trouxe para conhecimento os critérios para

atribuição daqueles subsídios; - Recordou que na última sessão sugeriu que, tal como foi feito na Câmara Municipal de Monforte, se poderia retirar a titulação académica nos documentos oficiais da Câmara Municipal, tais como em atas e afins, considerando ser completamente desnecessário a colocação de titulação académica naquele tipo de documentos por uma questão de proximidade com as pessoas e até porque os níveis de literacia, para o bem de todos, estão a subir.-----

----- Foi ainda dada a palavra ao Sr. Presidente da União das Freguesias de Portunhos e Outil, Eng.º Paulo Santos, que agradeceu à Câmara Municipal por ter promovido um concerto musical de grande valor na sua freguesia, com o Grupo Cordis, o qual contou com a presença de muita gente. Acrescentou que aquele grupo continha 2 conterrâneos, na guitarra portuguesa de Coimbra e no acordeón João Gentil, que acabou de editar o seu primeiro CD, dignificando a cultura do concelho de Cantanhede e da freguesia. De seguida, questionou da possibilidade do Município, a exemplo do que foi feito junto á estrada que vai para a Póvoa da Lomba, entre Cantanhede e Outil, e também para Arazede, suprimir naquele local a linha de caminho-de-ferro pois não é muito conveniente para as viaturas que ali passam e afetam um pouco o trânsito.-----

----- Foi de novo dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual passou a responder às questões colocadas da seguinte forma: - Em relação ao amianto, informou que também a USF de Febres continha amianto, tendo sofrido obras e estando o problema resolvido. Relativamente a outros possíveis locais que contenham amianto, foi pedida uma pesquisa aos serviços, da qual ainda não resultou qualquer nova informação. Assim, agradeceu que qualquer informação conhecida por qualquer membro da Assembleia lhe seja comunicada. No que toca especificamente ao mercado, mais especificamente ao seu pavilhão, na parte detrás

onde se vende o peixe, informou ter havido uma reunião para preparar o próximo quadro comunitário de apoio, tudo se conjugando que o que está projetado para aquele espaço se possa realizar. De seguida, reforçou a informação que já tinha prestado, na última Assembleia Municipal, sobre o uso a dar àquele espaço no futuro, nomeadamente, no sentido de ter um espaço onde se possam fazer feiras temáticas como acontece na ExpoBatalha, permitindo dinamizar a economia local. Referiu ainda que o projeto tem uma intervenção de raiz, convertendo-se tudo num único nível e ficando com uma nave de 70 metros com um fole a meio para fechar no dia-a-dia e abrir quando necessário para tornar o espaço maior; - Relativamente à questão das acessibilidades, referiu que, qualquer obra que está a ser executada tem de ter autorização para ocupação da via pública, sendo possível que, num momento ou noutro, haja alguma dificuldade para as pessoas poderem passar. Assim, informou que irá solicitar aos serviços para terem alguma cautela e colocarem temporariamente qualquer coisa que permita a passagem dos Munícipes. Acrescentou que, qualquer colaboração para a identificação dessas situações é bem-vinda, podendo ser feita por qualquer meio diretamente para a Presidência da Câmara; - Relativamente à questão da retirada dos títulos académicos nos documentos camarários, testemunhou que, ele próprio, sempre que lhe aparecem para assinar, documentos com os títulos académicos, os manda retirar. De seguida, não sabendo o que foi referido em concreto, solicitou ao Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro que esta situação fosse devidamente avaliada tendo em vista a eventual retirada dos títulos académicos da documentação do Município. Acrescentou que, não tende a usá-los, apenas os usa quando pede uma reunião à tutela ou Órgãos Superiores da Administração Pública em que os seus titulares utilizam títulos académicos.-----

----- Interveio o Sr. Dr. Luis Pato, dizendo que se referia concretamente a todos os documentos quer da Câmara Municipal, quer da Assembleia Municipal.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, o qual apresentou a seguinte proposta elaborada pelas 2 bancadas sobre a constituição da comissão de trabalho com o objetivo de diagnosticar e propor soluções para o Hospital Arcebispo João Crisóstomo: *“PROPOSTA: Ao abrigo do art.º 50 do Regimento da Assembleia Municipal, as bancadas do PSD e do PS propõem a constituição de uma Comissão de Trabalho com o objetivo de diagnosticar e propor soluções para o Hospital Arcebispo João Crisóstomo. Esta Comissão constituída pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, que presidirá, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e por quatro membros da Assembleia Municipal indicados pelos respetivos partidos a saber: Joana Seabra, Carlos Fernandes, Áurea Andrade e João Paulo Vagos.”*-----

----- Colocada à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período antes da ordem do dia.-----

----- Dando início à ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes informou que o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, solicitou a inclusão de um novo ponto na agenda da sessão, abrigo do n.º 4 do artigo 13.º do Regimento que refere: *“Nas sessões ordinárias, a Assembleia e no caso de urgência reconhecida por 2/3 dos seus membros, pode deliberar sobre assuntos não incluídos na ordem do dia.”* De seguida esclareceu que aquele assunto refere-se à suspensão parcial do Plano de Pormenor da Quinta de S. Mateus e estabelecimento simultâneo de medidas preventivas e a um parecer da Comissão de Coordenação e

Desenvolvimento Regional do Centro, dando, de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que a suspensão parcial do Plano de Pormenor da Quinta de S. Mateus e o estabelecimento simultâneo de medidas preventivas se prendem com alguns processos urgentes tais como, a expansão do Quartel dos Bombeiros Voluntários e a construção do arruamento de ligação ao novo Centro Educativo de Cantanhede, tendo chegado, nos últimos dias o parecer da CCDR necessário para que aquele processo pudesse ser presente à Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a inclusão do **ponto 25** na ordem de trabalhos “**apreciação, discussão e votação da Suspensão Parcial do Plano Pormenor da Quinta de S. Mateus e estabelecimento simultâneo de medidas preventivas/parecer da Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional do Centro**”, o qual foi aprovado por unanimidade.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara»:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da documentação entretanto entregue.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, o qual informou que, os **Pontos 2 a 6, «apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2015 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Limpeza Urbana», «apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2015 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Quinta Agrícola Biológica», «apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-**

programa/Gestão para o ano de 2015 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Transportes Urbanos de Passageiros», «apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2015 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Piscinas Municipais de Cantanhede» e «apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2015 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes», referem-se a assuntos relacionados com a INOVA, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA, os quais serão esclarecidos pelo Presidente do Conselho de Administração daquela Empresa Municipal, Sr. Eng.º António do Patrocínio Alves, sendo de seguida, apreciados cada um por si.-----

----- Foi então dada a palavra ao Sr. Eng.º António do Patrocínio Alves, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão começou por agradecer as palavras do Sr. Presidente da Junta de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, quando indicou que a INOVA, EM-SA, tinha recebido o prémio da qualidade da água. Acrescentou que, de facto, foi o 2.º ano consecutivo que a INOVA recebeu aquele prémio, o qual tem algum significado uma vez que das 400 entidades gestoras a nível nacional, só 74 é que o receberam. Acrescentou ainda que, conforme noticiado pela comunicação social e publicitado no site da INOVA, aquela empresa municipal assinou um protocolo com o LNEC, tendo participado num curso dado por aquela entidade e pela ERSAR. Informou ainda que, naquele curso 16 das unidades gestoras participantes, a INOVA obteve 2 s, dos 4 prémios atribuídos em termos de organização e capacitação. De seguida afirmou, esperar que a INOVA receba em Abril de 2015 o Prémio de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, atribuído também

pela ERSAR, bem como o Prémios da Gestão da Água e da Gestão de Saneamento. Relativamente ao assunto a tratar informou que à semelhança do que aconteceu anteriormente são os 5 protocolos relativos às atribuições da INOVA. De seguida informou que, relativamente aos espaços verdes, o protocolo tem o valor de 467.000,00 €, com uma redução de cerca de 39.000,00 € em relação ao ano anterior; Relativamente à limpeza urbana, o protocolo tem o valor de 245.000,00 €, quando em 2014 foi de 207.000,00 €; Relativamente às Piscinas Municipais, o protocolo tem o valor de 106.000,00€, quando em 2014 foi de 98.000,00€; Relativamente à Quinta Agrícola, o protocolo tem o valor de 38.000,00 €, quando em 2014 foi de 40.000,00 €; Relativamente aos transportes urbanos, o protocolo tem o valor de 34.000,00€, quando em 2014 foi de 83.500,00 €. Finalizou informando ainda que o somatório daqueles valores é 890.000,00 €, mais IVA no valor de 150.810,00 €, quando no ano anterior foi de 884.500,00€ + IVA no valor de 155.750,00 €, existindo assim uma diferença a mais de 5.500,00 € que se deve essencialmente ao aumento do ordenado mínimo e dos 20% que vão ser deduzidos nos cortes dos vencimentos em 2015.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2015 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Limpeza Urbana»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, o qual questionou sobre a frequência da varredura mecânica nas freguesias.-----

----- Respondeu o Presidente do Conselho de Administração daquela Empresa Municipal, Sr. Eng.º António do Patrocínio Alves, informando que é feita uma calendarização para as freguesias para essa intervenção realizada com uma

varredora, para a qual é pedida a cedência de um funcionário de cada Junta de Freguesia para auxílio. Informou ainda que essa intervenção é realizada uma vez por mês em todas as freguesias, dando uma especial atenção à Praia da Tocha, local bastante sensível e que deve primar por ter alguma qualidade na limpeza. Referiu por fim que, aquela limpeza cinge-se, à semelhança do que acontece em Cantanhede, às zonas onde existe tapete.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, afirmando que, por questões legais, nunca colocou qualquer funcionário à disposição desse serviço, pois entende que, se essa função está delegada na INOVA, não o deve fazer. De seguida referiu que existe um protocolo com as Juntas de Freguesia para limpeza urbana, sendo o serviço assegurado pelas mesmas. Acrescentou concordar com o facto de, em alguns sítios o trabalho feito pela varredoura não se justificar pela dimensão ou pelas condicionantes da via, mas tem conhecimento que há freguesias onde o serviço é realizado em duas manhãs e, apenas na sede de freguesia, sem ir a outras localidades, independentemente de haver tapete ou não, passeios ou não.-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Eng.º Rogério Marques, referindo que deve haver uma proporcionalidade, não entre o número de habitantes por freguesia e a periodicidade do serviço prestado, mas sim entre os locais mais visitados no Concelho, tais como a Cidade ou a Praia da Tocha.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado à votação o **ponto 2 – “Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2015 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Limpeza Urbana»**, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2015 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Quinta Agrícola Biológica»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual questionou sobre a evolução dos resultados da Quinta Biológica e sobre a viabilidade do projeto.-----

----- Respondeu o Presidente do Conselho de Administração daquela Empresa Municipal, informando Sr. Eng.º António do Patrocínio Alves, que o projeto foi criado em 2003, fazendo parte do projeto social da INOVA. Informou ainda que a mão-de-obra utilizada não está afeta apenas à Quinta mas também ao tratamento dos jardins. O resultado da venda ao público dos seus produtos atinge uma faturação anual de cerca de 14.000,00 €, e que são celebrados anualmente protocolos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional para realização de cursos de formação de Agricultura Biológica naquelas instalações, os quais são divulgados pelas freguesias. Informou também que a Quinta tem a sua função pedagógica, sendo visitada por muitas escolas, de norte a sul do país, divulgando assim o próprio Concelho.-----

----- Interveio o Sr. Dr. Luis Pato, dando os parabéns pelo trabalho pedagógico que a Quinta Agrícola Biológica tem realizado. De seguida questionou se a venda ao público dos produtos não representa alguma concorrência desleal em relação aos produtores particulares.-----

----- Retomou a palavra o Presidente do Conselho de Administração daquela Empresa Municipal, Sr. Eng.º António do Patrocínio Alves, respondendo que uma vez que a INOVA vende os produtos mais caros por serem biológicos, não se poderá considerar ser concorrência desleal. De seguida esclareceu que, a Quinta

Biológica tem 3 hectares, que, em função da produção, não é rentável e nem o pode ser, daí o déficit financiado pela Câmara. Quanto à componente pedagógica e didática, informou que geralmente quem visita o BIOCANT, também visita a Quinta Biológica e vice-versa, sendo a mesma visitada por escolas de todo o país e até de fora do país.-----

----- Foi dada a palavra, de seguida, ao Sr. Eng.º Rogério Marques, o qual questionou sobre o número de formações dadas por ano e sobre a evolução das mesmas nos últimos 2 anos.-----

----- Respondeu o Sr. Eng.º António do Patrocínio Alves, que só há uma formação por ano, a qual reúne entre 10 a 15 formandos.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2015 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Quinta Agrícola Biológica»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2015 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Transportes Urbanos de Passageiros»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual recordou que, numa das últimas Assembleia, tendo em conta não só o envelhecimento da população, mas também a escassez de transportes públicos, a bancada do PS sugeriu que se fizesse um estudo da possibilidade e viabilidade para alargar o itinerário dos TUC's a outras freguesias e a outras localidades limítrofes de Cantanhede, não tendo obtido qualquer resposta até à presente data. Pelo exposto, questionou se o estudo foi feito ou não.-----

----- Interveio o Presidente do Conselho de Administração daquela Empresa Municipal, Sr. Eng.º António do Patrocínio Alves, respondendo que o circuito dos TUC é alterado anualmente, conforme as solicitações efetuadas, sendo que o seu percurso atual passa pelos hipermercados Intermarché, Lidl, Continente, bem como pelas várias escolas da cidade. De seguida informou que, os 2 horários com lotação máxima são o do início da manhã e o do final da tarde, e que nos restantes horários a lotação é de cerca de 50%. Informou ainda que a receita anual se situa entre os 7.000,00 € / 7.250,00 €, o que não paga um mês de aluguer da viatura. Assim, na sua opinião, ao estender os TUC a outras localidades, mesmo que mais próximas, maior será o desfasamento entre as receitas e os custos. Informou ainda que, quando os TUC foram montados em 2004, foi feito um protocolo com a Universidade de Coimbra para fazer um estudo sobre a implementação dos TUC, o qual foi feito e previa uma média de 1000 passageiros por mês. De seguida, com esse estudo chegou-se à conclusão que era mais rentável alugar do que comprar, tendo-se consultado a empresa Transdev nesse sentido. Por sua vez a Transdev, antes de dar a sua proposta, também realizou um estudo do qual resultou o mesmo número de passageiros que efetivamente existe diariamente.-----

----- Foi, de seguida, dada a palavra ao Sr. Dr. Luis Pato, o qual considerou que o assunto não deve ser visto apenas pela sua componente económica ou pela questão da sustentabilidade do serviço. Referiu que há outras questões, tais como a cidadania e a assimetria que existe entre um cidadão que viva no norte do concelho e outro que viva na cidade e acrescentou que há pessoas idosas que não se podem deslocar por não terem carta de condução ou por não poderem andar de bicicleta devido à idade avançada. Acrescentou que tais factos tem levado à imigração de parte da população, sobretudo no norte do Concelho e que seria bom se, pelo

menos, nos dias de feira, houvesse um transporte público a passar naquelas localidades.-----

----- Interveio também a Sr.^a Presidente da Junta da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Prof.^a Aidil Machado solicitando que seja feito um estudo sobre a possibilidade dos TUC passarem também na Varziela e nas Franciscas, nomeadamente, junto ao posto de turismo, uma ou duas vezes por semana, uma vez que aquelas localidades se situam a cerca de 1 quilómetro da INOVA e não têm qualquer passagem de autocarros.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Primeiro Secretário da Mesa, Dr. Adérito Machado, esclarecendo que o Sr. Eng.^o António do Patrocínio Alves enquanto administrador da INOVA tem por função administrar aquela empresa municipal, não tendo, no fundo, capacidades para decidir se alarga ou não, pois essa função é política e pertence à Assembleia. Assim, considera que, é na Assembleia que se deve equacionar a viabilidade daqueles transportes, a sua rentabilidade e se há capacidades financeiras para o poder fazer. Considerou ainda que o Sr. Eng.^o Patrocínio Alves está a dar a resposta correta em relação àqueles transportes e acrescentou que, na sua opinião, não se deve acabar com um serviço público que é uma mais-valia para os jovens e para os séniores da cidade, mas também não se deve aumentar o prejuízo. No entanto considera que se poderia alargar, não diariamente, mas pelo menos 1 vez, ao dia de feira.-----

----- Foi ainda dada a palavra ao Sr. Dr. Pedro Dias agradecendo o profissionalismo com o qual o Sr. Eng.^o António do Patrocínio Alves apresentou a questão dos transportes, refletindo a realidade da gestão que tem de realizar. De seguida, também ele se referiu à zona norte do Concelho, nomeadamente, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, efetivamente afastada do centro do Município,

no sentido que seria bom dar um sinal de aproximação às suas populações, quanto mais não seja, com uma rota periódica, uma vez por semana, coincidente ou não com os dias de feira. Sugeriu ainda que se fizesse um estudo sobre a proposta, devendo a mesma ser equilibrada do ponto de vista da gestão, do ponto de vista política e do interesse das populações.-----

----- Falou também a Sr.ª Enf.ª Áurea Andrade, a qual recordou que, no ano anterior, a bancada do PS apresentou à Assembleia uma proposta de alargar o transporte dos TUC às localidades pertencentes à freguesias de Cantanhede, nomeadamente, a Lemede e à Varziela. De seguida, considerou que aquele alargamento até poderia ajudar a tornar o projeto mais rentável. Relativamente às outras freguesias, concorda também com um alargamento do trajeto, pelo menos nos dias de feiras.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Eng.º Rogério Marques, recordando que, em tempos, verificou-se que o serviço é deficitário, tendo-se já equacionado mantê-lo ou não. Acrescentou que continua deficitário e que o facto de se proceder ao alargamento dos percurso apenas irá agravar aquele déficit. Finalmente, acreditando que efetivamente aquele alargamento de horários poderia trazer alguns benefícios a certas pessoas, considerou que acresceria mais custos, o que não é apropriado numa época em que se debate a redução dos mesmos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual elogiou todos os elementos da administração da INOVA, pois tem feito um trabalho exemplar. Acrescentou que há decisões que são da esfera política, quer através do Executivo, quer da Assembleia Municipal, eventualmente, através de recomendações para o Conselho de Administração da INOVA, e se a Assembleia Municipal decidir que os Transportes Urbanos de Cantanhede vão a

todo o Concelho, as consequências serão as que já foram apresentadas, ou seja um déficit ainda maior. De seguida, recordou que a INOVA só tem um resultado líquido positivo, proveniente da administração da água e que todas as suas outras atribuições são deficitárias, uma vez que não geram receita. Por esse facto, são celebrados os Contratos-Programas em análise, destinados a custear através, do orçamento municipal, a limpeza urbana, os transportes, os jardins, etc... Assim, a decisão de alargar ou não os TUC deve ser tomada pela Assembleia Municipal.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Eng.º António do Patrocínio Alves, recordando que todo o Concelho é servido de transportes públicos e que se o TUC for alargado a várias freguesias o déficit vai aumentar implicando mais despesa para a Câmara. De seguida, informou que a entidade reguladora não permite que, por exemplo, as receitas da água, do saneamento e dos resíduos, que tem tarifas, possam estar a suportar as atribuições que não têm interesse e que são deficitárias. Acrescentou que os tarifários da INOVA têm de ter o controlo da ERSAR e que os protocolos têm de ir ao Tribunal de Contas e que, nenhuma destas entidades permite que os tarifários da água, do saneamento e dos resíduos estejam a suportar os custos dos transportes públicos. Informou ainda, a título de curiosidade que, relativamente ao consumo de água, no Concelho, um consumidor doméstico que gaste 10m² em 2015 irá pagar 17,29 €, quando a média nacional em 2013 foi de 21,39 €, conforme o último estudo publicado. Informou também que, ao contrário do que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara, tal como a água, também as atividades relativas ao saneamento e aos resíduos são autossustentáveis. Finalmente referiu que, na sua opinião, não faz sentido proceder ao alargamento dos TUC mas, se a Assembleia assim o entender, será feito um estudo nesse sentido.-----

----- Foi, de novo, dada a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual referiu que apenas pretendia saber se o estudo tinha sido realizado ou não, não tendo questionado diretamente a possibilidade do alargamento. Acrescentou que a questão foi colocada ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura e não ao Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Eng.º António do Patrocínio Alves, precisamente por ser uma questão política, embora também seja uma questão social e económica, mas sobretudo financeira. Assim, voltou a questionar sobre a intenção do Executivo realizar ou não aquele estudo. De seguida, referiu que, os transportes públicos, em Cantanhede, se cingem a transportes escolares, que não existem em tempo de férias, em certas freguesias. Deu como exemplo a freguesia de Outil onde passam transportes públicos apenas em tempo de aulas.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, que pelas informações prestadas pelo Sr. Eng.º António do Patrocínio Alves, se verifica que o estudo já foi realizado, sendo importante conhecer os custos inerentes à expansão da rede e saber se há disponibilidade para os suportar. De seguida recordou que, o Sr. Eng.º António do Patrocínio Alves já referiu todos os indicadores, através do estudo realizado pela Universidade de Coimbra e que são claros os custos referidos quanto aos TUC no estado atual. Reconheceu ainda ter conhecimento de que, efetivamente, há alguma deficiência em termos de transportes públicos, em alguns locais, sobretudo em tempo de férias. De seguida referiu que, na sua opinião, o Executivo tem outras prioridades no momento, mas se a Assembleia assim o entender, poderá ser equacionada uma proposta nesse sentido. Informou também que, há quem ponha em causa a permanência dos TUC por ser um negócio altamente deficitário e que, sendo o Concelho plano e ciclável, sugeriu o lançamento de um programa para o uso de bicicletas, previsto para a comunidade escolar.

Nesse sentido, informou que existe um estudo sobre o trânsito, também ele realizado pela Universidade de Coimbra, no qual se privilegiam os peões e os ciclistas, podendo-se assim, de uma forma saudável dar-se a volta à questão com custos muito menores. Finalmente, informou, não haver condições para se estender os TUC para toda a esfera de influência do Concelho de Cantanhede, embora se possa equacionar considerar situações excepcionais tais como a questão do período não escolar, avaliando-se obviamente os custos implicados.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Eng.º António do Patrocínio Alves, esclarecendo que o estudo realizado pela Universidade de Coimbra tinha por base 3 itinerários, o que está em vigor com algumas adaptações e mais dois. Um desses itinerários apanhava a Zona Industrial de Murte de e ligava à Póvoa da Lomba, o outro Murte de/Lemedede e Febres/Póvoa da Lomba. Concluiu que, se o itinerário escolhido e que se encontra em vigor é deficitário em termos de resultados financeiros, com certeza que os outros dois seriam bem piores.-----

----- Foi ainda dada a palavra ao Sr. Dr. Carlos Pessoa, o qual alertou para o facto do déficit na receita dos transportes ser um grave problema a nível nacional e deu como exemplo os transportes da área metropolitana de Lisboa ou do Porto. De seguida, considerou pertinente que se fizesse o estudo de algumas das propostas feitas, nomeadamente, para os dias de feira, nas localidades onde o transporte público não existe.-----

----- Não **havendo mais pedidos de intervenção**, foi colocado a votação o **Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2015 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Transportes Urbanos de Passageiros»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2015 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Piscinas Municipais de Cantanhede»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato-programa/Gestão para o ano de 2015 a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, EM-SA – Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- De seguida o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, agradeceu a colaboração e os esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração da INOVA, EM-SA, Eng.º António do Patocínio Alves, felicitou-o pelo trabalho desenvolvido no Conselho de Administração que superiormente preside. Desejou um Bom Natal, extensivo aos restantes elementos do Conselho de Administração e a todos os funcionários daquela Empresa Municipal.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação do 2.º Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Cantanhede»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual, após cumprimentar todos os presentes esclareceu que o segundo Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Cantanhede tem dados relativos ao balanço reportado a 30 de setembro, sendo que, os Serviços fizeram uma extrapolação dos resultados,

pelo que alguns dados são fidedignos mas outros não serão tão fiáveis. Esclareceu, de seguida, que os resultados obtidos são favoráveis, uma vez que relativamente aos custos e às perdas, os resultados são abaixo do previsto. Acrescentou que, o que contribui mais para esses resultados foram as rubricas de remuneração e encargos sociais, as quais se encontram com valores abaixo do que era previsto, em cerca de 812.000,00 €. Relativamente aos proveitos, esclareceu que, a situação não é a mesma pelo facto de não se terem ainda lançado valores importantes ao nível da receita como é o caso do IMI e da Derrama, os quais apenas serão refletidos no final do ano. De seguida e relativamente ao nível do endividamento municipal, concretamente os limites de endividamento líquido e de médio e longo prazo, informou que, de acordo com o Plano, o Município de Cantanhede teria, durante este ano de 2014, de reduzir 10% do endividamento à banca, ou seja 672.719,67 €, mas na realidade irá amortizar 3.121.139,69 €, ultrapassando largamente que o Plano impunha. Relativamente ao endividamento líquido, informou que o limite era de 18.527.711,93 € e apenas se está a utilizar cerca de 35% desse limite, ou seja cerca de 6.500.000,00 €. Finalmente, informou que o relatório em causa apenas terá valores corretos aquando da apresentação da Prestação de Contas, após a finalização do ano de 2014.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação do 2.º Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Cantanhede»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 7 abstenções e 26 votos a favor.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da**

3.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Ano Financeiro de 2014»:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de novo, a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual esclareceu que, foram enviados dois ofícios relativos a este assunto. O primeiro relativo à Revisão em causa e o segundo relativo a uma retificação à mesma. De seguida explicou que a alteração em causa tem a ver com a plurianualidade dos contratos a celebrar com a INOVA e as Juntas de Freguesia para o ano de 2015, as transferências de compromissos também já assumidos de 2014 para 2015, a plurianualidade dos Contratos Emprego-Inserção celebrados com o IEFP, a criação da rubrica do Fundo de Apoio Municipal e o reforço de algumas rúbricas para salvaguardar compromissos que irão transitar de ano.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da 3.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Ano Financeiro de 2014»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 7 abstenções e 26 votos a favor.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2015»:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de novo, a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, a qual informou que o Orçamento de Estado para 2015, impôs que os orçamentos das autarquias fossem aprovados pelo Executivo até finais de Outubro, tal como aconteceu. Informou, de seguida, que aquele Orçamento de Estado já indica os valores que a Câmara obterá com o Fundo de Equilíbrio Financeiro, o qual, embora englobando os valores referentes aos transportes escolares, pela primeira

vez desde 2009 foi aumentado. Relativamente ao orçamento para 2015 do Município, informou que teve um aumento de 10% relativamente ao de 2014, atingindo o valor de 24.910.000,00 €, decorrente essencialmente dos financiamentos do QREN. De seguida, alertou para o facto de ser um documento previsional que poderá vir a sofrer alterações e cuja elaboração se guiou por princípios impostos e muito rígidos. Desses princípios, salientou o facto das receitas correntes terem de ser, pelo menos, iguais à despesa corrente mais as amortizações médias, que a taxa de execução da receita deve ser superior a 85%, e que haja um controle da despesa corrente orientado para a receita e para o investimento. Assim, referiu ainda que a despesa corrente aumenta, mas aumentam ainda mais as despesas de capital e as receitas, nomeadamente, os impostos indiretos (IMI, Derrama, etc...) que estão também definidos por Lei. De seguida informou que, ao nível dos rendimentos de propriedade, prevê-se a venda de bens de investimento na ordem de 2.500.000,00 €; Relativamente às transferências de capital, aguarda-se pela transferência de algumas entidades, nomeadamente da DIGEST, derivado do acordo celebrado relativamente à substituição da cobertura de amianto da EB 2,3, da Girassol relativamente ao Pavilhão Multiusos de Febres que tem uma candidatura aprovada mas que o resto da componente de capitais próprios é pago pela Associação, da ARS pela construção da Unidade de Saúde de Febres. Referiu ainda ao nível das transferências do FEDER, o Centro Educativo de Cantanhede, o Pavilhão de Febres entre outras que estão a decorrer. Ao nível da despesa corrente, informou existir um aumento da despesa com pessoal, derivado do aumento do ordenado mínimo nacional e com a reposição de parte dos cortes nos vencimentos. Quanto à aquisição de bens e serviços, informou que aquela rubrica atinge um valor de mais de 5.300.000,00 €, sendo que a aquisição de bens e combustíveis atinge

mais de meio milhão de euros, as refeições escolares 800.000,00 €, os transportes escolares 615.000,00 €, a eletricidade 572.000,00 € e a iluminação pública 865.000,00 €. Relativamente às transferências correntes, essencialmente para as Associações e Juntas de Freguesia atingem um valor de mais de 980.000,00 €, os subsídios para a INOVA de 1.000.040,00€, outras despesas correntes 549.000,00 € destacando-se as quotizações para o BIOCANT e para a ABAP. No que toca à aquisição de bens de capital, 6.592.000,00 €, dos quais 4.000.000,00 € correspondem a valores assumidos por obras de grande vulto a decorrer e que transitam para 2015. Relativamente às transferências de capital, referiu essencialmente as da INOVA, na componente que tem a ver com capital, as das freguesias, as das Associações e as das famílias. Informou ainda que, existe um valor adicional de 168.451,00 € no orçamento de 2015, referente ao Fundo de Apoio Municipal, imposto aos Municípios para apoiar aos Municípios em situação financeira difícil. Ao nível dos passivos e da dívida, registou com agrado que, pela primeira vez, aqueles valores estão a descer, o que é muito positivo, salientando que, conforme imposto pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, o Município tem assumido os seus compromissos de acordo com os seus fundos disponíveis. Relativamente aos investimentos estruturantes, informou que foram e que irão ser ainda submetidas candidaturas ao QREN, as quais sendo aprovadas permitirão a recuperação de algumas verbas. De seguida, informou que, ao nível das funções gerais, existem as despesas na administração geral, obras e reparações e o sistema municipal de informação, com um valor de mais de 130.000,00 €. Quanto às funções sociais, destacou o ensino não superior como sendo a rubrica com mais relevo nas Grandes Opções do Plano, ocupando cerca de 27,5% do orçamento com 3.523.000,00 €, destacando o Centro Escolar de

Cantanhede, diversas reparações necessárias no parque escolar, as refeições escolares, os transportes escolares e a componente de apoio à família com mais de 300.000,00 €, os auxílios económicos e as bolsas de estudo. Relativamente aos serviços individuais de saúde, destacou, a obra que está a decorrer na Unidade de Saúde Familiar “As Gândras” com contrato-programa e os postos de enfermagem. Quanto à ação social, destacou o valor de 102.000,00 € destinado a apoio a agregados familiares em situação de extrema carência económica e o apoio ao Banco de Recursos e às IPSS`s do Concelho. No que toca à habitação ou intervenção do património municipal referiu o valor de 180.000,00 €, destacando a reabilitação do antigo posto da G.N.R da Praia da Tocha, a decorrer; a contribuição para os Bombeiros Voluntários na aquisição do edifício onde está hoje a loja do cidadão, cujo valor foi de 726.000,00 €, estando o Município a pagar 48.000,00 € por ano; obras noutros edifícios municipais. Relativamente ao ordenamento do território, as obras de requalificação urbana ultrapassam 500.000,00 €, salientando-se a proteção do meio ambiente e conservação da natureza, a gestão dos protocolos com a INOVA, as transferências para as Juntas de Freguesia, a execução e a limpeza da valorização das linhas de água, os planos de emergência e o ordenamento florestal entre outros. Quanto à cultura e ao desporto informou que valores são semelhantes aos anos anteriores. De seguida, informou que, relativamente às transferências para as coletividades, em termos das transferências correntes, o desporto tem um valor superior ao da cultura, essencialmente, pelo facto do Pavilhão Desportivo de Febres que tem uma cobertura total em termos de despesa, embora seja candidatado ao QREN, mas também por estarem previstas várias intervenções em diversa infraestruturas desportivas nas freguesias, nomeadamente, em Cadima, Sepins, Febres e Ançã. Outras atividades cívicas e

religiosas, colocamos sempre um valor para apoio ao património religioso. Relativamente às funções económicas, informou que as mesmas ultrapassam 1.300.000,00 €, destacando a iluminação pública, com mais de 865.000,00 €, a beneficiação da rede elétrica, a transferência para o Centro de Neurociências, e a ampliação das infraestruturas nas zonas industriais. Relativamente aos transportes rodoviários, nomeadamente, a rede viária e reparação de estradas e caminhos, drenagem de águas pluviais e arranjos urbanísticos, mais de 1.102.000,00 €. Quanto aos mercados, feiras e turismo, informou que os valores rondam os 20.000,00 € para cada um deles. Referiu ainda que, relativamente às transferências para o BIOCANT, ao nível do investimento do QREN, sem contar com o Centro de Neurociências, já houve um investimento nos edifícios de mais de 6.400.000,00 €, houve um retorno por parte do QREN de 85%, tendo sido o restante assumido pelo Município. Informou ainda que, as transferências relativas às delegações de competências com as Juntas de freguesia somam 648.981,00 €, juntamente com a INOVA. Finalmente recordou o fundo de apoio municipal, imposto por Lei, que perfaz o total de 1.179.156,95 € e que afeta o orçamento de 2015 em 168.451,00 €.

----- Foi, de seguida dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Sr. João Perdigão, o qual solicitou esclarecimentos sobre as verbas afetadas a rubricas destinadas à freguesia de Ançã, nomeadamente, nas funções sociais, nas infraestruturas urbanísticas para Ançã e no Parque Desportivo de Ançã.

----- Por sua vez, o Sr. Dr. Luís Pato pediu esclarecimentos sobre o facto do valor apresentado para a despesa em equipamento informático, software de informática ser de 70.000,00 €.

----- Respondeu a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, relativamente à questão da informática, que houve uma candidatura que não foi

aprovada e que o Município necessita mesmo fazer uma forte aposta na área da informática e renovar a maioria do equipamento existente e esclareceu que o valor correto inscrito em Orçamento para o sistema municipal de informação é de 130.102,00 €. Referiu ainda que, o Município gostaria de apostar na fibra ótica, pois há dificuldades por vezes em ligar alguns edifícios e seria bom para todo o equipamento informático. Informou ainda ter havido algumas reuniões com a PT e congéneres, não só para a questão da internet na cidade, mas também relativa a outras situações que vão surgindo, tendo existido algumas propostas e soluções interessantes.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Dr. Luís Pato, informou que, na Covilhã, têm um Data Center, e através da tecnologia implementada conseguiram, de facto, diminuir a despesa relativa à questão dos servidores. Referiu ainda que o valor inscrito destinado ao software de informático, também é assustador quando, nos dias de hoje há tecnologias mais do que suficientes para fazer o trabalho administrativo, que é feito numa Câmara Municipal, através de tecnologias gratuitas, permitindo assim, reduzir significativamente os gastos com o software e com as licenças. -----

----- Foi, de novo, dada a palavra à Sr.^a Vice-Presidente, Dr.^a Helena Teodósio, a qual referiu que, efetivamente se gasta muito com as licenças e é obrigação da Câmara pagá-las. De seguida, respondendo ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, referiu existirem rúbricas com valores globais, onde as obras não estão evidenciadas, mas que têm de constar por fazerem parte de alguma candidatura que ainda não foi encerrada e solicitou que o mesmo especificasse a sua questão.-----

----- Interveio, de novo, o Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Sr. João Perdigão, esclarecendo que se refere à construção do Centro Educativo de Ançã

com uma verba de 40.000,00 €, às infraestruturas urbanísticas de Ançã com uma verba de 191.444,00 € e o Parque Desportivo de Ançã com uma verba de 6.919,00 € e solicitando uma explicação mais detalhada relativa à verba inscrita para as infraestruturas urbanísticas de Ançã.-----

----- Voltou a falar a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que aquela verba, que ainda vai ser corrigida, está relacionada com as obras do loteamento envolvente ao Parque Desportivo de Ançã, conforme o acordo celebrado com o proprietário do lote do Parque Desportivo. Esclareceu ainda que, relativamente à verba inscrita para o Centro Escolar, a mesma destina-se a proceder a algumas correções que necessitam ser feitas e a outras que foram pedidas, como é o caso do ar condicionado para o Centro Escolar de Ançã e Cadima. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida a palavra ao Sr. João Palos Vagos, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, considerando que segundo a Lei 24/98, de 26 de maio, a qual confere o direito de oposição, os representantes nas Assembleias Municipais podem fazer uma apreciação daqueles documentos antes da aprovação pela Câmara Municipal, o que não aconteceu. Passou a fazer uma apreciação daquele documento: - Referiu que o orçamento tem um acréscimo de quase 11%, cerca de 2.500.000,00 €, oriundo fundamentalmente dos impostos diretos, com o IMI a crescer 36% e a Derrama a crescer 3,9%, impostos que sofreram uma redução na própria Assembleia e que, mesmo assim trazem um acréscimo efetivo de verbas para a receita do Município. Considerou ser uma receita que advém fundamentalmente das empresas e dos munícipes e não, de um crescimento da atividade empresarial, nem de rendimentos próprios. Acrescentou que, na parte das despesas, o orçamento para 2015 tem um acréscimo de 47%, fundamentalmente nas despesas de capital e na aquisição de bens e

serviços onde, como já foi explicado, o Centro Educativo de Cantanhede e o Pavilhão de Febres têm a maior quota. Considerou também que houve um aumento de 8,7% nas despesas com o pessoal, embora se note um decréscimo enorme nas despesas do pessoal com contrato a termo e um aumento nas despesas com o pessoal do quadro, mas também o aumento de perto de 29% nas despesas com o pessoal com titulares de órgãos de soberania e membros dos órgãos autárquicos que aumenta 28,9%, tendo solicitado esclarecimentos sobre estes dados. Considerou também que houveram alguns aspetos com melhorias, tendo referido a diminuição das despesas com vestuários, artigos pessoais, comunicações, transportes e seguros. Acrescentou que, na aquisição de bens e serviços (alimentação para atividades dinamização mais 48%, material de escritório, mais 21%, prémios condecorações e ofertas mais 94%, estudos e pareceres mais 9%) existem alguns aumentos consideráveis, solicitando também alguns esclarecimentos sobre os mesmos. Solicitou ainda esclarecimentos sobre o aumento de 5,8% que se verifica com o consumo da iluminação pública, que passa para 865.000,00 €, não obstante um investimento de 18.000,00 € previsto na aquisição de material para a rentabilizar. Relativamente às Grandes Opções do Plano salientou a grande quota nas funções sociais com 8.800.000,00€ onde o Pavilhão de Febres e o Centro Educativo de Cantanhede tem a maior quota e a Ação Social apenas com 102.000,00 € ou seja 0,8% das Grandes Opções do Plano. Referiu também a existência de 27.000,00 € para os encargos com os Postos de Enfermagem e questionou se já estariam contemplados os encargos com os novos Postos de Enfermagem. Considerou também diminuto o investimento nas funções económicas e nomeadamente no Turismo e na Agricultura, Pecuária, Caça e Pesca, aspetos fundamentais e importantíssimos para a atividade e para a dinâmica do Concelho,

parecendo negligenciadas face a outras opções. Realçou também, o facto de alguns projetos importantes virem desde de 2007, 2011, 2013 a serem adiados, nomeadamente, a Zona Industrial de Ançã, a ciclovia Cantanhede-Tocha, o Centro Interpretativo de Arte Xávega, a Requalificação Urbana de Ançã, a Requalificação do Mercado Municipal, a beneficiação do Núcleo Piscatório da Praia da Tocha, o novo Parque de Campismo da Tocha, um programa já discutido na Assembleia para identificar idosos que se encontram a viver sozinhos no concelho, a ligação da saída da A17 para a Praia da Tocha e a requalificação da Zona envolvente dos Olhos da Fervença.-----

----- Interveio de novo a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, esclarecendo, relativamente à questão do aumento da receita obtida através do IMI e da Derrama, que houve uma proposta de redução das referidas taxas aprovada pela Assembleia Municipal e que, num próximo ponto da ordem de trabalhos irão ser discutidas propostas de regulamentos que possam vir a canalizar algumas daquelas verbas de uma outra forma e para a beneficiação da vida dos munícipes e das empresas. De seguida, informou que, decorrente da implementação do licenciamento Zero, houve uma grande descida do valor das taxas, não se sabendo ainda o seu alcance em concreto, pelo que o valor inscrito em orçamento foi calculado com base na média dos 24 meses anteriores, de acordo com o estipulado por Lei. Referiu também que, se passa por uma fase de investimento importantíssima em termos de candidaturas, existindo milhões por gastar para os Municípios que demonstrarem ter capacidade em termos de capitais próprios para avançar exatamente nesse sentido. Deste modo, informou que o Município de Cantanhede está a fazer duas coisas nessa vertente, preparando projetos para que, mal saiam as candidaturas, possam ser submetidos e salvaguardando a questão da

receita e os capitais próprios de forma a poder investir em certas áreas. Referiu ser mais sensato acautelar os investimentos uma vez que não há certezas quanto às participações dos fundos comunitários. Nesse sentido, referiu que o “*overbooking*” que vai avançar só irá validar obras que já estejam a decorrer, estando o Município a avançar com algumas, com algum cuidado pois há ainda o risco de não haver qualquer participação. Relativamente às questões colocadas sobre o pessoal informou que prestará todos os esclarecimentos quando for discutido o Mapa de Pessoal para 2015, mas adiantou que a partir de 1 de Janeiro, a Câmara não vai ter nenhum contrato a termo por imposições legais. Por outro lado, explicou que vai haver um aumento das aquisições de bens e serviços porque, para que muitos dos serviços da Câmara possam ser desenvolvidos é necessário recorrer a prestadores de serviço. Relativamente à questão da iluminação pública, informou que foi feito um estudo em conjunto com todas as Juntas de Freguesia e a EDP, foram colocados relógios astronómicos e os serviços de planeamento têm a indicação de que, paulatinamente, será substituído todo o equipamento relacionado com largos e outro tipo de obras, começando por se fazer a substituição das lâmpadas normais por lâmpadas LED`s. Referiu ainda que estes trabalhos necessitam de grandes investimentos e informou que o orçamento obtido para o concelho todo era de vários milhões, tendo-se optado por fazer aquelas alterações aos poucos. Informou ainda que, por outro lado, após alguma negociação com a EDP, foram conseguidas algumas substituições de carácter gratuito. Esclareceu ainda que houve aumento do consumo de eletricidade em certos locais, nomeadamente, na cidade por causa da limpeza urbana, e junto às escolas de todo o Concelho no final do dia. Referiu também que a construção continua a aumentar pelo que os proprietários têm direito a ter iluminação pública. Sobre os Postos de

Enfermagem informou que apenas foram considerados os já existentes e que, a partir do momento em que haja uma decisão por parte da ARS far-se-á uma alteração orçamental e colocar-se-ão as verbas necessárias para os novos postos de enfermagem. Relativamente ao turismo, informou que o valor inscrito tem a ver exclusivamente com as despesas dos Postos de Turismo e com a divulgação concelhia. Acrescentou que, se a Câmara intervém na Praia da Tocha, nos Olhos da Fervença, nas vias, então, transversalmente, está a investir no Turismo. Em relação à Ação Social, informou que a Câmara, já há muito tempo, entende que mais vale apostar na ajuda particular a cada família, para socorrer despesas diversas, despesas médicas ou na habitação. Relativamente à questão dos idosos, informou que, a Divisão de Educação e Ação Social já fez um levantamento das situações em causa.-----

----- Pediu a palavra o Sr. Primeiro Secretário da Mesa, Dr. Adérito Machado, solicitando esclarecimentos sobre o Fundo de Apoio Municipal.-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio esclarecendo que o aumento da verba destina ao pessoal não se deve a qualquer aumento de vencimentos para os órgãos de soberania, os quais até tiveram uma certa diminuição. Justificou ainda esse aumento com o facto da Divisão Financeira ter sido otimista e prever que vai deixar de haver os cortes atualmente existentes ou que o subsídio de Natal ou o subsídio de férias possa ser pagos de outra forma. Quanto aos Órgãos de Soberania, acrescentou que não houve qualquer aumento, pois o Executivo tem 1 Presidente e 2 vereadores, os quais ganham uma percentagem sobre o vencimento do Sr. Presidente da República conforme a Lei determina. Relativamente ao Fundo de Apoio Municipal, um dos pontos a tratar na sessão, informou não vislumbrar qualquer aspeto positivo, pois é uma imposição da

Lei, entrando o Município com capital para esse mesmo fundo e ao qual os Municípios que estão com dificuldades poderão recorrer.-----

----- Falou, de novo, o Sr. Primeiro Secretário da Mesa, Dr. Adérito Machado, afirmando ser completamente contra a constituição desse Fundo, uma vez que, há Municípios que nada fizeram para equilibrar as suas contas, enquanto que, o Município de Cantanhede fez grandes sacrifícios e vai ter de pagar o mal dos outros. Referiu acontecer a mesma coisa a nível social, considerando que as pessoas devem ser valorizadas por aquilo que fazem e devem ser desvalorizadas as que cometem erros para aprenderem a não continuar a cometê-los.-----

----- Foi, de novo, dada a palavra ao Sr. Dr. Luís Pato, colocou as seguintes questões: - Ficando a Câmara a partir de 1 de janeiro sem poder ter contratos a termo, o que vai acontecer com esses funcionários? – Relativamente à questão da despesa a nível da informática, porque é que a Câmara não procura informação sobre o sistema Linux para auxiliar o trabalho administrativo, tratando-se de um sistemas freeware, a custo zero?; - Relativamente às comunicações, no norte do Concelho onde há sempre problemas quando há mau tempo, ficando dias sem comunicações, não há possibilidades de melhorar aquele serviço? Nomeadamente, com a colocação de “hotspots”, o que permitiria às pessoas puderem utilizar telecomunicações pessoais em certos sítios, de uma forma gratuita, podendo ainda trocar dados e informações?-----

----- Solicitou a palavra a Sr.^a Prof.^a Maria Manuel de Matos, informando que, na Escola Secundária de Cantanhede, Escola Lima de Faria, não há aquecimento, ao contrário do que acontece com as escolas da responsabilidade do Município.-----

----- Falou também o Sr. Manuel Augusto dos Santos, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu-se ao orçamento como um documento sem

pontos negativos, com um equilíbrio notável e socialmente brilhante. De seguida referiu que, ao analisar o Orçamento e as Grandes Opções do Município de Cantanhede para o ano de 2015, saltam à vista algumas constatações evidentes, passando a referir o seguinte: *“À semelhança do que tem acontecido nos últimos anos, este é mais um documento realista que procura prever as diversas rúbricas de modo ajustado transparente e factual para permitir elevadas taxas de execução e até evitar a suborçamentação. Consta-se igualmente, que é um passo mais para o crescimento e progresso do Município, contribuindo. Significativamente, para a fixação dos residentes e para o desenvolvimento de economia local. Efeito esse, que é ainda mais evidente quando se cruza o orçamento com um conjunto de outras medidas, propostas que vamos discutir a seguir, como sejam o programa do incentivo à Natalidade, o programa de incentivo à Empregabilidade, o programa de incentivo à Reabilitação Urbana e a concessão de isenções em inúmeras taxas. Por último, voltamos a salientar as verbas despendidas com as funções sociais e o reforço dos investimentos de obras estruturantes. Por estes motivos todos, nós Bancada do PSD, claro que votaremos favoravelmente este orçamento, estas grandes opções e deixamos, reiteradamente, uma palavra de agradecimento pelo esforço, pela compreensão e pela linha política que o Executivo tem vindo a delinear para o nosso Concelho. Parabéns e é por isso que Cantanhede em muitas das áreas está na frente.”*-----

----- Interveio ainda o Sr. Prof. Abel Carapêto, solicitando de novo esclarecimentos sobre a questão do aumento da despesa dos titulares dos órgãos de soberania e membros, e acrescentando que, houve um aumento de 28,8% e que se houve algum erro no cálculo desse valor, o mesmo deve ser corrigido. Verificando-se um aumento de 9,3% em estudos, pareceres, projetos e consultadorias, relativamente a

2013, questionou sobre o porquê desse aumento. Sobre o que foi referido pelo Sr. Manuel Augusto dos Santos, afirmou que, de facto as despesas que vão ser feitas com os Regulamentos de apoio à Natalidade e de apoio à Empregabilidade não estão previstos para o Orçamento de 2015, não vislumbrando assim que os mesmos possam ser aplicados já em 2015.-----

----- Falou, de seguida, o Sr. Dr. Pedro Dias, solicitando informação sobre a zona do norte do concelho que tem problemas de telecomunicações, pois não tinha essa perceção.-----

----- Respondeu o Sr. Dr. Luis Pato que, tem conhecimento desse problema através de pessoas familiares que residem naquele local e estiveram vários dias sem telefone e sem telecomunicações.-----

----- Voltou a falar o Sr. João Paulo Vagos tecendo as seguintes considerações: - Das explicações dadas pela Sr.^a Vice-Presidente, subentende-se que se poderia ter sido mais ambicioso com a questão da redução dos impostos, nomeadamente, do IMI, sendo um encargo menor para os Municípios nos próximos anos, mas por alguma cautela se optou por não o fazer; - O ponto 04 – Receitas Correntes contraria a ideia de redução nas verbas provenientes das taxas, multas e outras penalidades, com a isenção do licenciamento, uma vez que existe um aumento daquela verba em 42%; - Verifica-se em relação às verbas para a Ação Social, 102.000,00 € e um enorme volume de transferências para instituições de Ação Social, instituições sem fins lucrativos, as quais serão, com certeza utilizadas com parcimónia, rigor e com alguma monitorização por parte da Câmara Municipal; - Em relação à questão dos titulares dos órgãos de soberania, sendo o Orçamento um documento público, aquele assunto deve ser esclarecido por forma a que não passe para o público uma falsa mensagem. Finalmente, referiu acreditar que está numa

Assembleia, onde a crítica é considerada positiva e que vale a pena criticar, pois só não evolui quem acha que faz tudo bem, quem acha que está tudo bem e não vê pontos de melhoria.-----

----- Retomou a palavra a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual referiu que, relativamente à questão da informática, ser evidente que todos os contributos são bem-vindos, mas acrescentou que o Município tem um impedimento quanto à questão do LINUX. Explicou, de seguida que, a Câmara de Cantanhede, à semelhança de outras Câmaras está ligada à AIRC - Associação Informática para a Região Centro, estando assim condicionada, como sócia daquela Associação, às suas decisões, regras, normas e programas; - Relativamente ao pessoal, informou que se trata de uma situação delicada e que a proposta do mapa de pessoal para 2015 poderá eventualmente sofrer algumas alterações, tendo muito a ver com a prestação de contas. Explicou que é delicado pelo facto de, para qualquer abertura para um lugar do quadro, poder concorrer qualquer pessoa com vínculo, colocando em risco a colocação dos trabalhadores que já prestaram serviço ao Município por qualquer meio. Explicou ainda que, desde que haja uma boa informação das chefias e um bom desempenho dessas mesmas pessoas, se tem conseguido fazer um acordo com algumas dessas pessoas para que elas possam continuar a desempenhar essas funções como prestadores de serviço, o que não é o ideal para essas pessoas. Referiu ainda que existem áreas onde os funcionários foram para a reforma e áreas em que a estrutura está assente em prestadores de serviço, nomeadamente, na área administrativa. Acrescentou que, se tenta minimizar o impacto negativo para os trabalhadores em causa, que ficam com os descontos a seus encargos, negociando com os mesmos para que não fiquem tão penalizados. Relativamente à observação da Dr.ª Maria Manuel de Matos, referiu que

efetivamente se referiu aos Jardins de Infância e as EB`s 1 que são da responsabilidade do Município. Ainda relativamente à questão dos Órgãos e do aumento global das despesas com pessoal, voltou a referir que não houve aumentado do pessoal e que esse aumento deve-se aos cortes de 20% dos vencimentos que poderão ser repostos, de acordo com as informações vindas do Governo. Voltou ainda a frisar que não houve aumento de vencimentos dos Órgãos, nem houve aumento da equipa do Gabinete de Apoio à Presidência, os quais são definidos por Lei.-----

----- Falou também o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, referiu ainda que lhe foi confirmado pela Chefe da Divisão Financeira que, efetivamente, em relação ao que estava previsto em orçamento para 2014, as penalizações nos vencimentos para 2015 não são tão grandes como as do ano anterior.-----

----- Voltou a falar a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, respondendo, relativamente aos estudos e projetos, que os mesmos são obrigatórios por Lei, decorrentes do PDM, nomeadamente, estudos ao plano do ruído, à parte da floresta e todos os planos que têm a ver com os PDM`s e com os PU`s e que supostamente já deveriam estar prontos mas ainda não estão, transitando assim para 2015.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2015»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 1 abstenção, 5 votos contra e 25 votos a favor.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2015»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual passou à apresentação do mapa de pessoal para 2015 e informou que o mesmo poderá vir a sofrer alterações decorrente de vários fatores. Explicou ainda que, as propostas de abertura de recrutamento estão conforme estipulado por Lei e cumprem perfeitamente a redução que o Governo impõe. Acrescentou que o mesmo teve que se adaptar a uma nova realidade, nomeadamente, a uma nova estrutura de pessoal e de chefias imposto por Lei a todos os Municípios. Relembrou que, há dois anos, a Câmara reuniu com todas as chefias e existiam duas soluções, fazer cair o mapa existente completamente e aplicar a nova estrutura orgânica, ou então, deixar decorrer a estrutura que estava em vigor até que terminasse a última comissão de serviço, o que vai acontecer em 2016. Foi escolha das chefias optar pela última solução, pelo que, neste momento, à medida que as chefias vão caindo, há despachos para que as pessoas continuem a desempenhar funções de coordenação mas estão a ganhar menos pelo seu lugar de origem. Por esse facto, há necessidade de adequar o mapa às chefias existentes. Informou ainda que, durante o próximo ano e em função da Prestação de Contas, poderá ser reanalisado o mapa para ver o número de lugares que a Câmara pode eventualmente abrir. Acrescentou que o que é refletido no mapa já decorre há bastante tempo e tem a ver com um lugar de encarregado que, temporariamente, se conseguiu solucionar através da mobilidade mas que pode terminar, dois concursos que estão a decorrer, um técnico superior e um assistente administrativo e também a proposta de abertura de 9 lugares de assistentes operacionais, essencialmente para pedreiros, motoristas, carpinteiros, mecânicos, etc... área em que houve um grande desfalque. A respeito destes concursos afirmou não saber o que vai acontecer, pois qualquer pessoa com vínculo à Função Pública

tem prioridade e preferência sobre as outras pessoas. Informou ainda que se tem colmatado estas situações com Contratos Emprego-Inserção, vulgarmente conhecidos como POC's, nomeadamente, com projetos destinados a mecânicos, carpinteiros e pintores, entre outros, tendo mesmo encontrado pessoas de grande qualidade que poderão concorrer a esses concursos. Acrescentou que são acordos que se fazem com o Instituto de Emprego, pelos quais os desempregados subsidiados, além de ganharem o fundo de desemprego, recebem uma bolsa, despesas de transporte e subsídio de alimentação, para além de terem um seguro de acidentes pessoais. Informou ainda que há carências também noutras áreas, mais ligadas à manutenção das estradas e dos caminhos vicinais, as quais se vão conseguindo minimizar.-----

----- Interveio o Sr. Dr. Luis Pato, dando os parabéns pelo esforço que a Câmara está a fazer e registando o realismo como está a olhar para aquelas questões. De seguida, criticou a Câmara por não ter ainda resolvido aquelas situações, tendo referido que, há 4 anos houveram várias instituições de serviços públicos que procederam à contratação de pessoas que estavam em situações precárias e que acabaram por ser integrados nos quadros daqueles serviços públicos.-----

----- Foi, de novo, dada a palavra à Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, a qual afirmou que todas as sugestões foram ouvidas e foram equacionadas todas as possibilidades para ir ao encontro da regularização de algumas situações, tendo-se chegado à conclusão de estar a Autarquia completamente vedada de o fazer. Referiu ainda que os Serviços Jurídicos se encontram a avaliar a situação.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 10**
- «**Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal**

de Cantanhede para o ano de 2015», tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 6 abstenções e 25 votos a favor.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, questionou se o ponto **11 – “Apreciação, discussão e votação do projeto de Regulamento Municipal de incentivo à Natalidade”**, o ponto **12 – “Apreciação, discussão e votação do projeto de Regulamento Municipal de incentivo à empregabilidade”**, o ponto **13 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de incentivo à Reabilitação Urbana / Redução do IMI”** e o ponto **14 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração à Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais de Cantanhede”**, poderiam ser explicados em conjunto pelo Sr. Presidente da Câmara, sendo de seguida discutidos e votados individualmente, tendo todos os membros concordado.-----

----- Foi então dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que, aqueles 4 pontos são a resposta ao que já foi discutido na anterior sessão e refletem a intenção do Executivo em propor um conjunto de incentivos a vários níveis, nomeadamente, em relação à questão do emprego, da natalidade, eventualmente das famílias numerosas. Relativamente à questão do incentivo à Natalidade, informou que o número de nascimentos, no concelho de Cantanhede, anda ligeiramente acima de 200 bebés por ano. Referiu ainda que, a questão demográfica e a questão da natalidade é um assunto que está na agenda do Governo, tendo este, através de uma comissão, produzido um documento do qual foi feita uma divulgação pública. Informou ainda que, muitos Municípios, especialmente Municípios do interior, onde realmente há um êxodo para o Litoral, têm particular atenção em relação à questão da Natalidade e da fixação de jovens casais. De seguida informou que a proposta apresentada é uma proposta muito simples, pela

qual em 2015, cada criança que nascer no concelho de Cantanhede, cujos pais tenham o seu domicílio fiscal no concelho, terá um apoio de 500,00 € pelo seu nascimento, vinculados a gastos efetuados no comércio do Concelho. Referiu ainda que, se se mantiver a mesma média de nascimentos durante o ano de 2015, a medida implicará um encargo na ordem dos 100.000,00 €. Informou ainda que foram consultados outros Municípios onde já existem este tipo de Regulamentos e foram colocadas várias condicionantes tais como ter o domicílio fiscal no concelho. Esclareceu ainda que, para além dos nascimentos, também foi considerada a adoção. Em relação à questão da empregabilidade, informou ter havido cruzamento de informação com as Finanças, tendo de seguida havido reuniões com um técnico da Inspeção Geral das Finanças e não se chegou a qualquer solução. Assim, após algum estudo, foi redigido o Regulamento sobre a Empregabilidade, o qual, basicamente diz que, cada empresa que criar emprego líquido, e dentro de um conjunto de pressupostos, tais como contrato anual e sede social da Empresa no concelho de Cantanhede, poderá obter um subsídio correspondente a um ordenado mínimo nacional, por cada emprego criado e até ao total de 20. Esclareceu ainda que, como é referido naquela proposta de Regulamento, a atribuição daquele subsídio será reportado a 2015, e atribuído em 2016. Assim, haverá um período para as empresas apresentarem toda a documentação necessária para se candidatarem àquele subsídio. De seguida informou que, era intenção ir mais longe e poder apoiar as empresas que apenas dessem emprego a residentes no Concelho, mas tal não é constitucional. Esclareceu ainda que o subsídio não é dado à pessoa que tem emprego, mas sim à empresa que o gerou. Depois, em relação à reabilitação urbana e à redução do IMI, recordou que já em 2007, a Assembleia Municipal e sob proposta da Câmara, foi aprovada proposta de criação de um

incentivo à reabilitação urbana. Acrescentou que foi revisto aquele documento e chegou-se a duas propostas: - Uma isenção parcial do IMI durante 5 anos, em cerca de 30%, dentro do enquadramento legal, às habitações com mais de 30 anos, em que o proprietário faça pequenas obras tais como substituição de janelas, correção de deficiências energéticas, substituição de telhado, etc... - Uma isenção do IMI durante 5 anos, a quem fizer realmente a reabilitação urbana em núcleos consolidados, em espaços culturais devidamente identificados em termos de PDM. Referiu ainda que deverá ser dada a devida publicidade a estes incentivos, pelas freguesias, por forma a que todas as pessoas tenham conhecimento daqueles incentivos. Finalmente, relativamente ao ponto 14, informou que se teve em atenção, particularmente, os deficientes com grau de deficiência superior a 60%, isentando-os do pagamento das taxas nas piscinas municipais. Também se teve em conta uma redução de taxas gradual para os bebés, variando em relação à idade dos mesmos, estimulando a utilização da piscina pelos recém-nascidos, pelos seus pais ou suas mães e também criar-lhes o gosto pela piscina para mais tarde continuarem com a modalidade. Recordou ainda que, em relação aos seniores, aos reformados já existe um incentivo com a diminuição das taxas no valor de 40%, aplicado diariamente.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação do projeto de Regulamento Municipal de incentivo à Natalidade»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapeto, o qual referiu olhar com agrado para aquele conjunto de medidas que considere meritórias e referiu que tudo o que se puder fazer para contribuir para o aumento da Natalidade e para o aumento da qualidade de vida de todos os cidadãos do concelho é bem-vindo. Acrescentou que, no caso particular do Regulamento Municipal do Incentivo à natalidade, teria algumas sugestões de melhoria que poderiam contribuir para o

enriquecimento daquele Regulamento. Referiu ainda que aquele Regulamento, tal como os outros poderiam ter sido colocados a discussão pública, porque certamente havia muitas pessoas que poderiam contribuir para a melhoria daqueles documentos. Acrescentou que, a Bancada do PS, indo ao encontro do repto que o Sr. Presidente da Câmara lançou na última Assembleia, em Setembro, de que iria trazer estes documentos e que estava aberto acolher propostas da nossa parte, apresenta algumas ideias que poderão enriquecer o Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade, nomeadamente, com o alargamento do mesmo também à adoção.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, referindo que, também foi considerada a adoção, efetuada de qualquer forma.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Prof. Abel Carapêto, dizendo que seria importante estimular também a adoção, a qual está subentendida. Considerou que seria interessante colocar no Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade também a adoção de forma explícita, pois são duas realidades diferentes, uma coisa é uma pessoa ter um filho e outra coisa é adotá-lo, quer por opção, quer por não terem a possibilidade de ter filhos. Sugeriu ainda que poderia haver alguma diferenciação em termos de valores consoante o número de filhos, estimulando e incentivando assim as pessoas a terem mais filhos. Por outro lado, sugeriu também que houvesse uma majoração, para as pessoas que têm menor rendimentos, tendo assim um estímulo muito maior do que as pessoas que têm rendimentos superiores, pois não será por 500,00 € que uma pessoa de escalão 4 ou 5, irá ter mais um ou dois filhos. Finalmente, referiu que só esta medida não vai fazer com que haja um aumento de natalidade no concelho, mas sim se houver um todo um conjunto de melhorias nas condições económicas ou financeiras das famílias.-----

----- Falou de seguida, o Sr. Eng.º Rogério Marques, congratulando-se com o Executivo pela apresentação daquele Regulamento. De seguida referiu também concordar que, não será por causa de 500.00 € que as pessoas irão ter mais filhos. Acredita sim, que a ameaça do desemprego jovem e a precaridade do trabalho é que fazem com que as pessoas vão adiando as decisões de casar e ter filhos, sendo estes os fatores que ameaçam a natalidade não só do concelho, mas também do país e admite que a eficácia da medida possa não ser a esperada. Finalizou questionando se no caso de uma família com problemas sociais, uma família que esteja diagnosticada socialmente, uma família desintegrada, caso tenha um filho se é feita alguma avaliação, nomeadamente pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.-----

----- Interveio ainda o Sr. Dr. Luis Pato, dando os parabéns à Câmara Municipal por este incentivo, o qual, na sua opinião, fica um pouco aquém, pelo facto do incentivo no valor de 500,00 € não levar ninguém a ter mais um filho. Acredita sim que seria maior o incentivo se houvesse uma diminuição dos impostos municipais.-----

----- Foi, de seguida dada a palavra ao Sr. Dr. Carlos Pessoa, o qual também felicitou a Câmara pelas medidas apresentadas, quer o Regulamento do Incentivo à Natalidade, quer a questão da Reabilitação Urbana, quer o Incentivo à Empregabilidade. Informou ainda que, desde que está na Assembleia Municipal, é a primeira vez que vê uma proposta deste género. Referiu ainda que, a questão da adoção, efetivamente poderia estar presente de uma forma mais explícita. Referiu ainda ter compreendido as sugestões do Sr. Prof. Abel Carapêto, com as quais concorda. Efetivamente, as pessoas não vão ter mais um filho ou menos um filho por causa dos 500,00 €, pois é muito bonito ter filhos mas é preciso sustentá-los e criá-los. Sugeriu ainda a possibilidade dos pais, com vários filhos, poderem obter algum

desconto junto das creches e jardins-de-infância, incentivando também dessa forma os pais a continuarem a viver no concelho. -----

----- Interveio, de seguida a Dr.^a Maria Manuel de Matos, concordando com as palavras do Sr. Dr. Carlos Pessoa e dando os parabéns ao Executivo pela iniciativa, pois é um sinal muito importante no deserto demográfico em que Portugal se está a transformar e é fundamental nos tempos que se vivem. Concordou ainda com a sugestão do Executivo estudar a possibilidade de majoração para o segundo, terceiro, quarto, ou quinto filho. -----

----- De novo, o Sr. Prof. Abel Carapêto, referindo-se ao documento referiu que o artigo 10 - despesas ilegíveis, diz no ponto 2 que, “caso suscitem dúvidas quanto à exigibilidade compete ao Presidente da Câmara decidir sobre o seu enquadramento”, e o ponto 13 - dúvidas e omissões, já diz que “são resolvidas pela Câmara Municipal de Cantanhede” propôs que o ponto fosse retirado para ser melhorado e novamente analisado na próxima Assembleia Municipal.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, afirmando que o Regulamento foi discutido em Reunião de Câmara, tendo ficado acertado que as dúvidas e omissões deveriam ser resolvidas pela Câmara Municipal. Pelo exposto considerou não ser necessário retirar o assunto, deixando no entanto abertura para que o mesmo seja revisto e melhorado no próximo ano. Quanto às sugestões efetuadas pelo Sr. Dr. Luis Pato e pelo Sr. Prof. Abel Carapêto, quanto a baixar os impostos ou à questão da adoção, informou que embora a adoção não signifique um nascimento, considerar-se-á que se uma família de Cantanhede for à Segurança Social de Lisboa e trazer o bebé para o Concelho, o mesmo será integrado. Relativamente aos impostos afirmou que no dia em que se resolver isentar dos impostos municipais, haverá essa isenção, mas para isso terão que existir receitas

para manter os resultados positivos. De seguida referiu que se pretende valorizar a natalidade e que a questão da adoção se encontra prevista pela Câmara. Relativamente à questão do incentivo para as famílias numerosas, informou haver abertura para existir uma majoração, tendo mesmo sido discutido esse assunto, o qual ficou em aberto para o próximo ano. Alertou para o facto de não se confundir esse incentivo com o incentivo que é dado com os apoios sociais de uma família numerosa que é carenciada, pois esse já existe através da Ação Social. Finalmente referiu que, o presente ponto apenas visa o aumento da natalidade, através da atribuição daquele apoio. Já quanto às famílias numerosas informou que, será discutido, num próximo ponto da sessão, a possibilidade de obterem descontos nas idas à Piscina, por exemplo, sendo um complemento que irá desonerar o orçamento familiar. -----

----- Voltou a intervir o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual afirmou que, de facto, a bancada do PS está sensibilizada com a proposta do Regulamento de Incentivo à Natalidade, tanto que se empenhou e está empenhada para contribuir para a sua melhoria. Afirmou ainda que, dessa forma irá apoiar aquele documento, mas com a promessa de que irá apresentar propostas de melhoria para que, no próximo ano, o mesmo possa ser melhorado.-----

----- Falou ainda o Sr. Dr. Carlos Pessoa, considerando que foi uma das matérias mais importantes dos últimos anos presentes na Assembleia Municipal. Acrescentou que constitui um ponto de partida, prevendo-se que durante o próximo ano surjam várias questões e várias dúvidas, o que poderá originar nova discussão no final do ano. Finalmente acrescentou que se devia fazer alguma cerimónia para a primeira, segunda, terceira criança a receber aquele incentivo, sendo uma boa maneira de divulgar a iniciativa.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação do projeto de Regulamento Municipal de incentivo à Natalidade», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação do projeto de Regulamento Municipal de Incentivo à Empregabilidade»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes deu a palavra ao Sr. Dr. Carlos Pessoa, o qual alertou para o facto de, na forma de candidatura ser referido a apresentação de “cópia da informação empresarial simplificada do ano de referência e dos dois anos anteriores”, quando, na realidade há empresas que se constituem a todo o tempo, ficando assim fora do âmbito do Regulamento.-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, esclarecendo que, da discussão interna que foi feita, lhe pareceu que, apesar de ser mencionado, para uma empresa que se constitua hoje e que não tenha o reflexo dos dois anos anteriores, deixa de existir a cláusula em causa. Acrescentou que houve discussão sobre esse assunto, tendo-se chegado à conclusão de que, pelo facto de não ter existência nos dois anos anteriores não invalida que possa concorrer ao incentivo, remetendo para o artigo 11.º, referente às dúvidas e omissões que são resolvidas pela Câmara Municipal. Referiu ainda que, o formulário que as empresas vão ter de preencher junto da Câmara Municipal existe a menção “para as empresas recém-constituídas”. -----

----- Foi também dada a palavra ao Sr. João Paulo Vagos, o qual referiu que o projeto de Regulamento Municipal de Incentivo à Empregabilidade é bem-vindo e gerou alguma expectativa desde a última Assembleia, na qual o Sr. Presidente informou que fruto de uma reunião com a Associação Empresarial de Cantanhede teria encontrado uma solução e fazia questão que, até ao final do ano, chegasse à

Assembleia um conjunto de medidas que visassem o estímulo à criação de emprego. De seguida referiu que o desemprego no concelho de Cantanhede se situa 4% abaixo da média nacional não sendo assim efetivamente um flagelo. Relativamente à proposta de Regulamento referiu que, embora a intenção seja positiva e de valorizar, lhe parece ter ficado um pouco aquém das expectativas. Seguidamente informou que, se uma empresa aumentar um posto de trabalho efetivo durante 12 meses, com todos os necessários encargos, nomeadamente, subsídio de Natal, impostos, subsídio de férias, IRS, Segurança Social, os encargos poderão rondar um valor próximo dos 10.000,00 €, mesmo para um ordenado mínimo nacional. Assim, considerou que ser um investimento demasiado grande para as empresas, possivelmente se candidatarem a um subsídio em Agosto e a receber nalguns casos quase 2 anos depois da tomada de decisão. Por esse facto, considera que não se tratará de um subsídio mas sim de um incentivo, querendo-lhe parecer que, se uma empresa realmente não precisar de um trabalhador, talvez vá ser difícil que com este incentivo tome a decisão de contratar, porque o encargo é realmente demasiado grande, para receber apenas 505,00 €. Finalmente referiu que é uma proposta que vale pela intenção, mas também pela visibilidade que possa dar nos Jornais e na Comunicação Social, e que espera vir a saber, no final de Dezembro de 2016 quantos postos de trabalho efetivos foram criados exclusivamente com aquela medida.-----

----- Foi de novo, dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual referiu que se trata efetivamente, apenas de um incentivo, dando a possibilidade às empresas que o pretendam de se candidatar, podendo haver empresas que nem o queiram fazer. Explicou, de seguida, que o subsídio só pode ser atribuído num momento posterior, passado um ano sobre o contrato de trabalho,

após uma avaliação, para se poder cruzar toda a informação necessária e atribuir o subsídio no ano seguinte. Assim, feita a candidatura e reunidas todas as informações necessárias, as empresas poderão contar com esse incentivo e recebê-lo no ano seguinte, sendo então incluído em orçamento no próximo ano. Referiu ainda não se preocupar muito com a visibilidade da medida, mas sim com a divulgação da mesma, para que as empresas possam concorrer se assim o entenderem, esperando que a mesma possa servir de incentivo para diminuir o desemprego no Concelho. Recordou de novo o incentivo dado em 2007, na questão da redução de IMI durante 5 anos para quem fizesse Reabilitação Urbana e que ninguém aproveitou. Acrescentou que, uma vez que os prédios foram reavaliados no âmbito do CIMI e que o valor é maior, poderá haver agora um estímulo, o qual gostaria que fosse acompanhado por outras medidas, algumas a nível governamental, pois é Governo Central e a máquina do Estado que está muito pesada e são os Municípios que continuam a ser o motor do desenvolvimento do país como foram até aqui.-----

----- Interveio ainda o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual afirmou que, à semelhança da proposta do Regulamento anterior, a proposta em apreço tem os seus méritos, mas efetivamente, não é com este documento que as empresas vão começar a recrutar empregados. De seguida, acrescentou que poderiam ser feitas melhorias naquele documento para o futuro, nomeadamente, podendo haver uma diferenciação entre os desempregados de longa duração e com mais de 50 anos e as pessoas que estão à procura do 1º emprego. Finalmente, considerando que este documento é um ponto de partida, informou que a Bancada do PS irá votar a Favor.-----

----- Falou ainda o Sr. Dr. Luís Pato, o qual esclareceu que quando falou da diminuição do valor dos impostos, falou em diminuí-los e não em retirar-los.-----

----- Interveio, de novo, o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, esclarecendo ainda que não pode haver discriminação na criação de emprego, nomeadamente se a empresa acolhe uma pessoa com 50 anos, ou um jovem, desde que a empresa crie um posto de trabalho e o prove, tem o incentivo.-----

----- Finalmente falou o Sr. João Paulo Vagos, dizendo que este projeto pretende exatamente ser um incentivo para a criação de mais emprego, o que é bem-vindo. Referiu ainda que, quanto à questão da diferenciação, as próprias empresas e a própria segurança social, neste momento, têm alguns programas que visam fazer alguma diferenciação, em relação aos desempregados acima dos 46 anos e de longa duração, nomeadamente com o projeto Incentivo +, com uma redução ou isenção na taxa da Segurança Social.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 12** - «**Apreciação, discussão e votação do projeto de Regulamento Municipal de incentivo à empregabilidade**», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de incentivo à Reabilitação Urbana / Redução do IMI»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual solicitou esclarecimentos sobre as áreas de interesse cultural.-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Primeiro Secretário, Adérito Machado, mostrando-se sensível com o assunto, pois já faz alguns anos que levantou a mesma questão nesta própria Assembleia Municipal e até na sua freguesia em Cordinhã. Acrescentou que, em 2012 enquanto Presidente da Junta de Cordinhã, criou um Regulamento para recuperação de fachadas degradadas, o qual ainda está em vigor. Considera que é muito útil, mas que o assunto deve ser muito bem divulgado porque, muitas vezes, falta informação concreta, nomeadamente, junto das pessoas

mais idosas. Referiu ainda que os meios de comunicação do Concelho de Cantanhede são bastantes reduzidos e que a informação não chega aos jornais mais lidos do Distrito, tendo que existir informação quase porta a porta para se conseguir levar por diante estes incentivos e estas atitudes. Referiu também que, o mais importante é fazerem-se obras recuperando casas que se estão a degradar, e que as pessoas se sintam cativadas para recuperar e para que as nossas aldeias fiquem mais dignas, mantendo as suas características próprias.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, o qual acrescentou que o Regulamento fala em “minorar em 30%” mas também se poderia majorar, tal como acontece em vários Municípios. De seguida esclareceu que, o que se pretende é a ter uma atitude pedagógica junto das pessoas e sensibiliza-las para fazerem a Reabilitação Urbana e, dessa forma, verem a taxa do IMI descer no caso 30%.-----

----- Finalmente, interveio o Sr. João Paulo Vagos, sugerindo que numa 1ª fase, houvesse uma articulação muito próxima com os Sr.s Presidentes de Junta, pois eles conseguem identificar de forma muito mais fácil, não só as casas degradadas como também os seus proprietários, podendo até ter um contacto pessoal com esses proprietários, explicar os benefícios da medida e encetar uma negociação.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, colocou à votação o **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de incentivo à Reabilitação Urbana / Redução do IMI»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração à Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais de Cantanhede»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, o qual recordou que, por força da Lei se tem assistido a um conjunto de situações que obrigatoriamente são presentes à Assembleia Municipal, as quais se prendem com as isenções de taxas às Juntas de freguesia, nomeadamente, algumas relacionadas com licenciamento de espetáculos ou com utilização de pavilhões e outras infraestruturas. Pelo exposto, questionou se através do Regulamento não se poderia criar isenção para algumas das taxas das Juntas de Freguesia e assim evitar que fosse presentes na Assembleia Municipal.----

----- Não havendo mais pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, colocou à votação o **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração à Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais de Cantanhede»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de metodologia para concessão de isenções de Taxas Municipais»**:---

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que, os Regulamentos Municipais aprovados na Assembleia dão a possibilidade, de acordo com aquilo que está estabelecido nesse mesmo Regulamento, da Câmara poder isentar várias entidades. Contudo há diferentes procedimentos adotados em vários Municípios nesta matéria, nomeadamente, quanto à competência dos órgãos municipais no domínio das isenções. Assim, a Câmara sugere, de forma cautelar e enquanto não houver uma clarificação daquela situação que se apresente à Assembleia, duas vezes por ano, nas sessões de Junho e de Dezembro, relativamente ao semestre anterior, o resumo de todas as isenções que foram concedidas por aquele órgão ao longo do

ano. De seguida informou que, nesta sessão é apresentado um mapa, desde o início do ano, que discrimina isenções no montante de 27.412,00 €. Acrescentou que são isenções deliberadas na Câmara, logo do domínio público, uma vez que estão descritas nas atas, que são públicas. Referiu ainda que poderá haver, eventualmente, algum tipo de isenções que ainda não estão contempladas, mas que se procurarão clarificar, tendo em vista uma maior transparência.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, colocou à votação o **Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de metodologia para concessão de isenções de Taxas Municipais»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da regularização da atribuição de subsídios às Juntas de Freguesia em Reunião Camarária de 17/06/2014 aprovados na sessão da Assembleia Municipal de 30/06/2014»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, a qual informou que, à medida que as Juntas de Freguesia iam apresentando documentos de despesa, verificou-se no decurso da execução dos pagamentos, que havia alguns comprovativos da despesa em que o enquadramento jurídico ou contabilístico dessas despesas não estavam corretas. Esclareceu ainda que, juridicamente, houve despesas que as Juntas estavam a apresentar e que foram classificadas dentro do âmbito dos acordos de execução e não dos protocolos, em função do quadro de competências dos órgãos autárquicos. Assim, esclareceu ainda que, o que se solicita à Assembleia é a autorização para se poder validar contabilisticamente aquelas despesas, mas classificando-as numa outra rubrica. Informou ainda que, os protocolos que têm a ver com habituais 60%

não foram apresentados na presente sessão, precisamente para que se possa exaustivamente ver com as Juntas quais as despesas a incluir nos mesmos e quais a incluir nos acordos de execução.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, colocou à votação o **Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da regularização da atribuição de subsídios às Juntas de Freguesia em Reunião Camarária de 17/06/2014 aprovados na sessão da Assembleia Municipal de 30/06/2014»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 5 abstenções e 21 votos a favor.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização da assunção de compromisso plurianual para o Ajuste Direto para “Fornecimento de gasóleo e gasolina, por cartão magnético, para o período compreendido entre 01 de abril de 2015 e 30 de novembro de 2016, ao abrigo do Acordo Quadro para fornecimento de combustíveis rodoviários, promovido pela CIM-RC»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que os compromissos plurianuais têm que ser aprovados pela Assembleia e que se trata de um dos concursos em que se conseguiu recorrer também ao concurso feito pela CIM, sendo mais favorável para o Município. Informou ainda que o fornecimento em causa, de gasóleo e gasolina decorrerá até Novembro de 2016, daí ser um compromisso plurianual. Acrescentou que para o ano 2015 o mesmo ascende a 154.630,20 € mais IVA e para o ano 2016 a 194.027,50 € mais IVA.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, colocou à votação o **Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta**

de autorização da assunção de compromisso plurianual para o Ajuste Direto para “Fornecimento de gásóleo e gasolina, por cartão magnético, para o período compreendido entre 01 de abril de 2015 e 30 de novembro de 2016, ao abrigo do Acordo Quadro para fornecimento de combustíveis rodoviários, promovido pela CIM-RC», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 18 - «Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 27/12/2013 / Para conhecimento»:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de novo, a palavra à Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, a qual recordou que no ano passado foi solicitada autorização, dentro dos condicionantes estipulados por Lei, para que a Câmara pudesse assumir compromissos plurianuais, tendo obrigatoriamente de os comunicar à Assembleia, o que foi autorizado. Assim, informou que, entre 15 de setembro a 28 de novembro de 2014 foram feitos os seguintes ajustes diretos: - a prestação de serviços de transporte coletivo de crianças para escolas de acolhimento; - o fornecimento de energia elétrica das instalações alimentadas em média tensão; - a celebração de contratos ao abrigo do acordo quadro para fornecimento elétrica para as instalações alimentadas em baixa tensão especial; -a contratação de serviços de docência de professores das Piscinas Municipais. Foram ainda celebrados 7 contratos emprego-inserção, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, para colmatar a falta de carpinteiros, motoristas, funcionários de limpeza, cantoneiros, porteiros, pintores e serralheiros.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação do pedido de Autorização Prévia Genérica Favorável à assunção de

compromissos plurianuais por parte da Câmara Municipal no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA)»:-----

----- Interveio, de novo, a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que este pedido de autorização à Assembleia permitirá, tal como no anterior assunto, que no próximo ano a Câmara possa assumir encargos, desde que não excedam o limite de 99.759,58 € e sejam respeitadas as regras e os procedimentos previstos na Lei. No final do próximo ano, a Câmara informará, tal como aconteceu no ponto anterior, quais foram os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo desta mesma autorização. Acrescentou que, o que está a ser votado é a autorização da Assembleia para que os compromissos possam ser assumidos pela Câmara, até ao valor limite já mencionado.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, colocou à votação o **Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação do pedido de Autorização Prévia Genérica Favorável à assunção de compromissos plurianuais por parte da Câmara Municipal no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA)»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação do pedido de autorização para a transferência de compromissos financeiros de 2014 para o ano de 2015»:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu ainda a palavra, à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual esclareceu que são os compromissos assumidos, cujos pagamentos não foram realizados dentro do prazo estipulado, por facto não imputável à Autarquia, nomeadamente: - o ajuste direto à Prestação de serviços para elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede,

não concluído por falta do Parecer da Direção Regional da Agricultura e Pescas; - a Prestação de Serviços para Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede, não concluído por se encontrar a aguardar pareceres de outras entidades; - a Prestação de Serviços para a Elaboração do Mapa de Ruido do Plano da Urbanização da Cidade de Cantanhede, a aguardar aprovação parte da CCDRC; - a Prestação de Serviços para a Elaboração do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil do Município, concluído face a necessidade de se auscultar diversos agentes intervenientes nesta área; - o Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município de Cantanhede e a Escola Superior Agrária de Coimbra – Instituto Politécnico de Coimbra para a Elaboração do Plano Municipal do Ordenamento Florestal com nova calendarização remetida pela Escola Superior Agrária; - o subsídio atribuído no âmbito do Projeto Integrado do Turismo para a Região Centro, não pago uma vez que o Município não rececionou ainda o relatório final do mesmo.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, colocou à votação o **Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação do pedido de autorização para a transferência de compromissos financeiros de 2014 para o ano de 2015»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da participação do Município de Cantanhede no FAM – Fundo de Apoio Municipal»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Dr. Carlos Pessoa, o qual questionou sobre as consequências da reprovação da participação do Município de Cantanhede no Fundo de Apoio Municipal.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que a Lei n.º 53/2004, de 25 de Agosto procedeu à aprovação do Regime Jurídico da Recuperação Financeira Municipal, regulada no Fundo de Apoio Municipal. Acrescentou que, tal como é previsto na Lei das Finanças Locais, o Fundo de Apoio Municipal é um mecanismo de assistência e recuperação financeira dos Municípios que se encontram numa situação de rutura financeira, nomeadamente, os que têm as suas taxas no valor máximo por imposição legislativa. Informou ainda que, o património do Fundo de Apoio Municipal é constituído por créditos relativos aos empréstimos concedidos, no âmbito da medida da assistência financeira aos Municípios, pela aplicação de recursos e pela disponibilidade de caixa, estando obrigados ao cumprimento da unidade da tesouraria do Estado. Assim, constituem as receitas do Fundo de Apoio Municipal as contribuições dos detentores do capital social, os rendimentos provenientes das aplicações financeiras, os empréstimos concedidos aos Municípios, as entregas realizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira e despesas. Acrescentou que o FAM vai ser financiado, inicialmente pelo Estado, através de um empréstimo renumerado, mas terá um capital social de 650.000.000,00 €, realizado em partes iguais pelo Estado e por todos os Municípios, no prazo de 7 anos, em 2 prestações anuais nos meses de Junho e Dezembro com início de 2015. De acordo com aquela Lei, apurou-se que a Contribuição do Município de Cantanhede para o Fundo de Apoio Municipal é de 1.179.156,95 €, pelo que, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 19.º daquele Diploma Legal, os Orçamentos de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 deverão contemplar obrigatoriamente uma despesa nos ativos financeiros de 168.451,00 €, havendo um acerto no ano 2021. Informou ainda que foi necessário fazer uma revisão orçamental para colocar no orçamento aquele valor e que é

expectável que a DGAL, que a curto prazo, envie mais instruções sobre a realização do capital social daquele fundo. Finalmente, esclareceu que, como a Câmara está a entrar com capital social para aquele Fundo tem que obter a autorização da Assembleia Municipal.-----

----- O Sr. Primeiro Secretário, Dr. Adérito Machado, questionou se há lugar a pagamento de juros pelo empréstimo ou se é a fundo perdido, pois se não for o caso, o seu voto será contra.-----

----- Respondeu a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, que no momento é necessária a autorização porque já consta do Orçamento para 2015. De seguida, explicou que a Direção-Geral das Autarquias Locais ainda não deu instruções sobre como vai decorrer aquele processo, apenas se sabe que é um capital social, um ativo financeiro da Câmara fica e não uma despesa, nem é um custo que existe.-----

----- Voltou a falar o Sr. Dr. Carlos Pessoa, dizendo que ficou sem saber quais são as consequências da não aprovação do FAM pela Assembleia. De seguida referiu que, se há obrigatoriedade em participar no Fundo de Apoio Municipal definida por Lei, então não faz muito sentido ser presente à Assembleia para aprovação.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual referiu que quando o assunto veio para o domínio público, quando os Municípios foram obrigados por força da Lei das Finanças Locais a comparticipar, houveram muitas negociações entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Informou ainda que, fazendo parte da Comissão Diretiva da ANMP, se recorda que a primeira reação de todos os Municípios, por unanimidade, foi que não deveriam contribuir. Acrescentou que, depois colocou-se a questão da solidariedade, pois existe um conjunto de

Municípios que estão em rutura financeira e como tal precisam daquele apoio. Colocou-se ainda a questão ao nível do Governo, porque o próprio Presidente da Associação Nacional de Municípios, que é o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, dizia nas reuniões que tinha com os 16 membros do Conselho Diretivo, que uma coisa é a posição do Presidente da Câmara de Coimbra que tem sérias dúvidas em apoiar uma coisa destas, outra coisa é a posição do Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Mas, depois confrontados com Municípios como Portimão, Aveiro, Alfandega da Fé, Santa Comba Dão, Poiares, entre outros, numa situação gravíssima, chegando a não dinheiro para pagar os vencimentos aos funcionários, foi levantada a questão da solidariedade entre Municípios. Respondendo ao Sr. Dr. Carlos Pessoa, afirmou ser uma manifestação política, nada mais do que isso. Considerou ainda que há Municípios que sempre defenderam que deveria ser o Estado, o Governo a assumir o ónus financeiro dos quase 700.000.000,00 € que são precisos, uma vez que achavam que não tinham de pagar a fatura de um colega de um outro Município. Mais, a verdade é que o Autarca que lá está neste momento não é responsável pelos atos dos Executivos anteriores, como é o caso do Município de Portimão que manteve a mesma cor política e tem de pagar a fatura do que foi feito anteriormente. Houve assim, o entendimento que não haveria outra alternativa e mais uma vez, houve como que uma imposição, tendo que se contribuir quer se queira quer não. O Município de Cantanhede é solidário para com os outros Municípios. Finalmente, acrescentou que, se um dia mais tarde se poder recuperar aquele dinheiro, como ativo que representa um capital que rende os seus juros, o mesmo será recuperado. -----

----- Interveio ainda o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual afirmou que considera positiva a questão da solidariedade entre os Municípios e que se deve ajudar quem está

numa situação aflitiva, independentemente de se concordar ou não com a gestão praticada naquelas Câmaras. No entanto, considera que a Câmara deveria solicitar um esclarecimento sobre as condições dessa contribuição e, nomeadamente, sobre as condições do reembolso daquele valor.-----

----- Finalmente, falou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes, afirmando que, por princípio, não gosta que lhe digam que é assim e tem que ser assim, assim votará contra, tal como já fez em outras decisões. Por outro lado, recordou que, a propósito da reforma administrativa defendeu-se na Assembleia Municipal que houve falta de coragem política para avançar onde mais se poupava, ou seja nos Municípios e que um dos critérios para a insustentabilidade dos Municípios era, por exemplo, a insustentabilidade financeira. Assim, considerando que o Fundo de Apoio Municipal, sem prejuízo do princípio da solidariedade, que é um bom princípio, não ataca um dos problemas do país. Como Presidente da Junta e, em coerência com o que defendeu há 1 ou 2 anos atrás, votará contra.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, colocou à votação o **Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da participação do Município de Cantanhede no FAM – Fundo de Apoio Municipal»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 2 votos contra, 12 abstenções e 9 votos a favor.-----

----- Após a votação o Sr. Manuel Augusto dos Santos apresentou a seguinte declaração de voto: *“Votei a favor deste ponto, única e exclusivamente por estar solidário com a Câmara Municipal e por desconhecer neste momento quais são as implicações do chumbo em termos do Município. Solicito entretanto à Câmara para que nos venham ou venha a conseguir obter informações precisas da forma que*

este fundo vai tomar se é reembolsável ou se não é reembolsável e em que período temporal.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 22 - «Designação do elemento que, em substituição do Sr. Dr. Luis Pato, constituirá o Júri para a Atribuição das Bolsas de Estudo nos termos do nº. 4 do artigo 11º. do respetivo Regulamento»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa questionou os Membros da Bancada do PS sobre se teriam algum esclarecimento a dar ou um nome a apresentar tendo em vista a substituição do Sr. Dr. Luis Pato.-----

----- Interveio a Sr.ª Enf.ª Áurea Andrade, informando que a Bancada do PS propõe o Sr. Prof. Abel Carapêto para fazer parte do referido Júri, em substituição do Sr. Dr. Luís Pato.-----

----- **O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º Maia Gomes, informou todos os presentes na sessão que o Sr. Prof. Abel Carapêto foi designado para constituir o Júri para a Atribuição das Bolsas de Estudo, em substituição do Sr. Dr. Luís Pato.**-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação da minuta dos Acordos de Execução a celebrar com as Freguesias do Concelho, para o Triénio 2015-2017»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que se trata dos acordos de execução que decorrem das novas competências das freguesias, em tudo semelhantes aos que foram apresentados o ano passado, decorrente da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Acrescentou que visam, essencialmente, as pequenas reparações, gerir e assegurar a manutenção das feiras e mercados, o mobiliário urbano nos espaços

públicos, os espaços verdes, etc... Informou ainda que os Acordos de Execução serão celebrados para o triénio 2015/2017, vigorando assim até ao final do mandato. De seguida, referindo ao próximo ponto da agenda de trabalhos, informou que os acordos de colaboração a celebrar com as freguesias para a Manutenção e Conservação de Caminhos Públicos têm a ver com o facto da Lei referir que a Câmara não pode meter nem um funcionário, nem uma máquina, nem uma carrada de tout-venant nos caminhos vicinais uma vez que são da competência das Juntas de Freguesia. Informou ainda que naqueles acordos de colaboração está estabelecida a rotatividade dos trabalhos pelas freguesias, tendo consciência que não se consegue dar uma volta ao Concelho com as máquinas uma vez por ano. Acrescentou que, na próxima Assembleia de fevereiro, se espera trazer os contratos interadministrativos de delegação de competências nas freguesias, relacionado com as obras que fogem do âmbito dos acordos de execução, para que cada vez mais se possa agilizar a atividade de cada Junta.-----

----- Não **havendo qualquer pedido de intervenção**, o Sr. Presidente da Mesa, colocou à votação o **Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação da minuta dos Acordos de Execução a celebrar com as Freguesias do Concelho, para o Triénio 2015-2017»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 24 - «Apreciação, discussão e votação da minuta dos Protocolos de Colaboração, destinados à beneficiação de caminhos, a celebrar com as Freguesias do Concelho, para o Triénio 2015-2017»**:-----

----- Não **havendo qualquer pedido de intervenção**, o Sr. Presidente da Mesa, colocou à votação o **Ponto 24 - «Apreciação, discussão e votação da minuta dos Protocolos de Colaboração, destinados à beneficiação de caminhos, a celebrar**

com as Freguesias do Concelho, para o Triénio 2015-2017», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 25 - «Apreciação, discussão e votação da da suspensão parcial do Plano de Pormenor da Quinta de São Mateus e Estabelecimento Simultâneo de medidas preventivas»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Eng.º António Abreu, o qual esclareceu que houve necessidade de fazer a suspensão parcial do Plano Pormenor da Quinta de S. Mateus por dois motivos principais. Um deles tem a ver com a construção de um arruamento que vai servir o novo Centro Educativo de Cantanhede, em fase muito adiantada de construção e que está previsto entrar em funcionamento em 2015. Era necessário fazer ali alterações na configuração da circulação viária, tendo sido criado um arruamento que vai fazer a ligação entre a rotunda junto às Piscinas, o arruamento que passa em frente, o Centro Paroquial e o Quartel dos Bombeiros Voluntários. O segundo motivo que obriga àquela situação está relacionada com uma ampliação necessária no Quartel dos Bombeiros, tendo em vista a construção de uma área para alojamento de viaturas, na ordem dos 600 m². Informou ainda que, foi também introduzida uma pequena alteração à obra da Quinta de S. Mateus, retirando, por razões de economia, de funcionamento e de manutenção um lago que lá estava projetado. De seguida, informou que a suspensão de um Plano de Pormenor obriga a um parecer da Comissão de Coordenação da Região Centro, o qual foi favorável. Informou ainda que, quando há uma suspensão de um Plano de Pormenor, também é obrigatório por Lei fixar medidas preventivas, as quais foram também aprovadas pela Comissão de Coordenação. Finalmente referiu que o processo deve ser

presente à Assembleia porque quem aprova os Planos, quem aprova as suspensões e as medidas preventivas é a própria Assembleia Municipal.-----

----- Foi dada a palavra à Sr.^a Presidente da Junta da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, a qual afirmou concordar com a abertura do referido arruamento, bem como com o alargamento do Quartel dos Bombeiros, mas não com a eliminação do Lago no Parque São Mateus. Acrescentou que, seria apologista da instalação, naquele local, de um bar e de um parque infantil, pois trata-se de um espaço muito agradável e usado por muita gente.-----

----- Falou também o Sr. Prof. Abel Carapeto, reforçando a opinião da Sr.^a Presidente da Junta da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça e recordou que ele próprio já várias vezes, propôs a colocação um parque infantil no Parque de São Mateus, pois iria trazer muitos benefícios e aumentava a afluência ao Parque. Os pais levariam as crianças para brincar, entretanto, davam uma caminhada à volta do parque, o que também contribuiria para o aumento da segurança do mesmo. Relativamente às outras questões considerou-as do seu agrado e referiu que serão obras para o futuro. -----

----- Finalmente tomou a palavra o Sr. Primeiro Secretário da Mesa, Dr. Adérito Machado, o qual, em nome dos Bombeiros, agradeceu a sensibilidade do Departamento de Urbanismo, na pessoa do Sr. Eng.^o Abreu, o Sr. Presidente da Câmara, a Sr.^a Vice-Presidente e restantes elementos do Executivo e informou que os Bombeiros já se debatiam com a situação de falta de espaço há muito tempo, pois têm mais de 50 viaturas que se encontram distribuídas em garagens particulares, na rua e por vários outros locais.-----

----- Não **havendo mais pedidos de intervenção**, o Sr. Presidente da Mesa, colocou à votação o **Ponto 25 - «Apreciação, discussão e votação da suspensão**

parcial do Plano de Pormenor da Quinta de São Mateus e Estabelecimento Simultâneo de medidas preventivas», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Pediu, de seguida a palavra, o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual agradeceu a todos os Membros da Assembleia toda a colaboração dada ao longo do ano de 2014, quer pelas críticas que são sempre construtivas, quer pelas sugestões, sempre bem-vindas e às quais o Executivo está sempre atento. De seguida, em nome do Executivo, deixou uma mensagem de esperança para o futuro e recordando tudo o que se tem passado nos últimos anos, afirmou crer que a economia poder reabrir e todos, família, empresas, estado, autarquias, poderão começar a respirar. Referiu ainda que, o próximo quadro comunitário de apoio estará em vigor de 2014 a 2020, sendo 8 anos de vigência com mais 2 anos para finalizar projetos, o que representa um grande desafio para o Município. De seguida enumerou vários projetos para 2015: - A construção de mais um edifício do BIOCANT, o qual já está sinalizado na sua totalidade por empresas; - A entrada em funcionamento do Centro Educativo de Cantanhede no próximo ano letivo; - A conclusão do arruamento referido no ponto anterior. Informou também que a Carta Educativa está a ser novamente revista, podendo aparecer soluções em relação à renovação, requalificação e ampliação do próprio parque escolar existente. Referiu ainda a intenção de concluir o Parque Desportivo de Cantanhede, avançando com o projeto e com a execução dos seus balneários, não para o próximo ano, mas para o próximo mandato. Falou ainda da conclusão dos balneários do Parque Desportivo de Febres esperando, em janeiro, quando abrir a última candidatura só para Municípios, submeter aquele Parque Desportivo. Mencionou ainda outras obras, designadamente: - O início da obra dos balneários do Parque Desportivo de Ançã; -

Um investimento futuro na envolvente ao Parque Desportivo de Ançã; - A conclusão do Polidesportivo de Sepins;- A conclusão do Posto da G.N.R. na Praia da Tocha, que se espera já estar a funcionar no verão; - O Pavilhão de S. Caetano, há muitos anos por concluir, mas sem possibilidade de se candidatar a fundos comunitários; - O Museu das Coleções com o aproveitamento da Escola Primaria de Cantanhede, uma vez que o projeto que se gostaria de ter submetido a fundos comunitários, nunca foi possível; - O Parque das Exposições, que se encontra em preparação e que se pretende candidatar ao próximo Quadro Comunitário de Apoio, relacionado com a reabilitação urbana e que terá que ser objeto de audiência pública, terá que ir à CCDR, virá à Assembleia Municipal e terá que ser publicado no Diário da República; - A conclusão do Colégio Infante Sagres. Referiu ainda um conjunto de investimentos que estão a ser feitos, de certa maneira, pelas próprias freguesias, nomeadamente, 3 projetos aprovados pela ADELO onde na sua grande maioria, o Município atribuiu um subsídio, destinados à conclusão e reabilitação de algumas escolas, a reabilitação do edifício antigo da Junta de Freguesia de Cadima. Falou também da expectativa de candidatar a fundos comunitários a 2.ª Fase dos Olhos de Fervença, com a inclusão de um Parque de Campismo, Caravanismo, um novo estacionamento um maior espaço para a Praia Fluvial, o que implica aquisição de terrenos. Acrescentou o reaproveitamento do atual Restaurante, possivelmente para um Centro Interpretativo da Natureza. Quanto à Quinta de São Mateus, referiu a colocação do parque infantil, a colocação de equipamentos para as pessoas poderem fazer o seu “jogging” de manutenção e um bar, já projetados; Finalmente referiu que tudo isto representa muitos milhões, não podendo ser feito apenas num ano, mas talvez em 2, 4, 6, 8. Acrescentou que existem prioridades mas está convencido que, daqui a meia dúzia de anos e com o próximo quadro comunitário de

apoio, Cantanhede irá estar muito mais acima daquilo que é hoje. Finalizou agradecendo e desejando um Bom Natal e um ano de 2015 cheio de prosperidades, sucessos pessoais, profissionais e muita saúde para todos os presentes.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido inscrições.-----

----- Finalmente, sendo 20h10 horas, o Senhor Presidente da Assembleia deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

----- O Presidente:

----- O Primeiro Secretário:

----- A Segunda Secretária: